

65 ANOSSindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - EDIÇÃO Nº 97 - MARÇO 2001

FILIADO A **CU**

Mais um golpe na previdência

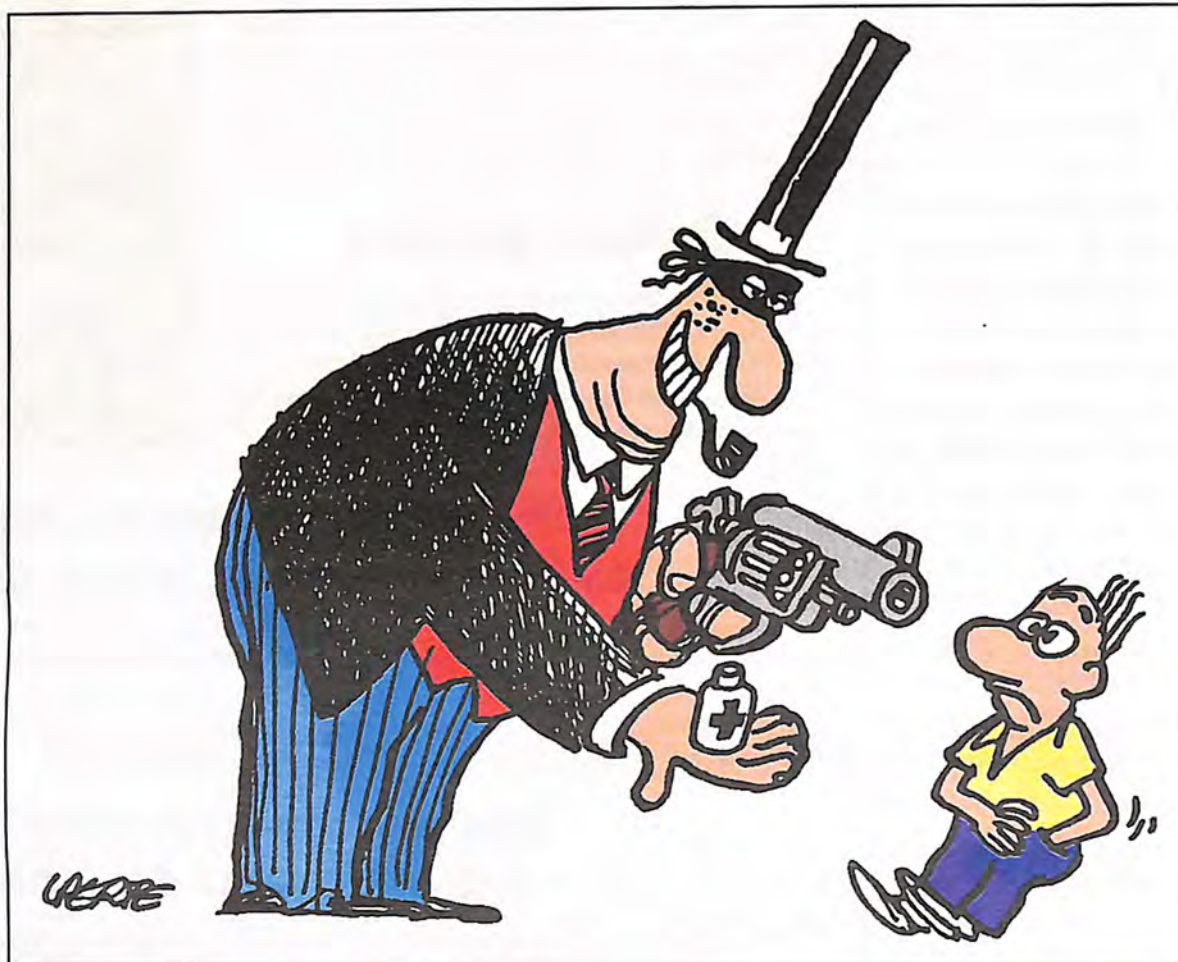
O novo alvo são os fundos de pensão

Advogados dos fundos de pensão e do corpo jurídico da Federação dos Bancários/RS buscam formas para derrubar o decreto presidencial nº. 3.721, de 8 de janeiro último, que eleva a idade de aposentaria dos planos dos fundos de pensão complementar de 55 para 60 ou 65 anos, dependendo do plano

Depois de golpear a previdência social, o governo ataca a previdência complementar, impondo a milhares de trabalhadores o sacrifício de adiar por muitos anos o justo direito de receber o benefício contratado. Ao retardar o tempo para a aposentadoria e forçar um maior tempo de contribuição, a decisão governamental visa melhorar o caixa do INSS através dos fundos. Além disso, abre caminho aos planos privados de previdência, que, sem qualquer limite de idade, se apresentam como uma alternativa à previdência social e/ou complementar, cuja sustentabilidade fica ameaçada diante das constantes investidas do governo.

O decreto 3.721 atinge todas as entidades fechadas de previdência privada, os chamados fundos de pensão, tanto de empresas públicas quanto de empresas privadas. De acordo com o instrumento, nos planos de contribuição definida, a idade mínima para requerer o benefício, atualmente de 55 anos, deverá sofrer um acréscimo de seis meses a cada ano, com a meta de chegar a 60 anos até 2010. Nos planos de benefício definido, a idade mínima também terá aumento gradativo de seis meses a cada ano, devendo chegar a 65 anos, até 2020.

Os planos de benefícios definidos são aqueles que vigoram atualmente na maior parte dos fundos de pensão. O benefício que será percebido pela participante destes planos será calculado pela média atualizada dos últimos 12 salários de participação. Já, nos planos de contribuição definida, o benefício a ser percebido dependerá da rentabilidade do fundo financeiro constituído pela contribuição de seus participantes. Trata-se de uma



forma de cálculo que torna frágil a situação do participante, já que o benefício que receberá no futuro vai depender de variáveis que estão completamente fora do seu controle. A perspectiva de mais cinco anos de espera, no entanto, força a mudança de planos de benefício definido para contribuição definida.

Como fica a situação dos participantes dos fundos

Na ausência de decisões jurídicas em contrário, a partir do dia 1 de julho próximo, todos os participantes dos fundos de pensão estarão sujeitos ao limite de idade progressivo estabelecido no decreto (confira tabela ao lado). Até o dia 30 de junho, no entanto, quem se inscreveu no fundo antes do dia 23 de janeiro de 1978 - data em que foi instituída a idade mínima de 55 anos para a concessão do benefício - poderá requerer a suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, sem limite de idade. Já, aqueles que se inscreveram depois de 23 de janeiro de 1978 ainda poderão requerer o benefício suplementar com 55 anos. A partir do dia primeiro de

julho, serão 55 anos e seis meses.

Através da instrução normativa nº 26, de 31 de janeiro de 2001, o governo autorizou os fundos de pensão a conceder benefícios proporcionais e antecipados aos seus participantes, sendo que o cálculo do benefício será livremente estabelecido pelo plano, desde que preservado o equilíbrio atuarial e a liquidez do mesmo. Isso acarretará a concessão de um grande número de benefícios menores para aqueles participantes mais afoitos, resultando em grande economia para as entidades previdenciárias.

Luta pelo direito adquirido

Várias entidades sindicais e associativas estão mobilizando forças jurídicas e parlamentares a fim de tentar revogar o decreto 3.721, que altera unilateralmente o contrato previdenciário vigente, ferindo o Código Civil Brasileiro e o Código de Defesa do Consumidor.

No dia 21 de fevereiro, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram, por 10 votos a 01, não julgar o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade movi-

da pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os ministros entenderam que o decreto não fere diretamente a Constituição. Mas, novas ações devem ser encaminhadas. Além do corpo jurídico da Federação RS, outros 130 advogados, oriundos de várias entidades que apóiam a Anapar (Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Pensão), formaram uma comissão para estudar o caso.

O assunto também foi discutido em seminário realizado no espaço cultural da Câmara dos Deputados, em Brasília, onde foi aprovada uma campanha mundial com objetivo de denunciar os ataques do governo brasileiro às aposentadorias dos trabalhadores, bem

como a definição de um dia nacional de luta contra o decreto 3.721.

A data escolhida foi 14 de março, quando será entregue o abaixo-assinado elaborado pelo Garef (Gabinete dos representantes dos Funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil), em apoio aos parlamentares que tiveram a iniciativa de propor alteração contra o decreto 3.721. O abaixo-assinado está circulando entre bancários, petroleiros, telefônicos, eletricitários além de outras categorias, e será entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

Em breve, o Congresso terá de entrar em votação sobre os fundos de pensão. Não podemos subestimar nossa capacidade de influenciar o voto dos parlamentares. Se você não assinou a lista, ainda está em tempo. O abaixo-assinado está

Tabela de Idade Mínima, conforme decreto 3.721 (para recebimento de complemento de aposentadoria por tempo de serviço)

Data do pedido	Idade mínima
até 30.06.01	55
01.07.01 a 30.06.02	55,5
01.07.02 a 30.06.03	56
01.07.03 a 30.06.04	56,5
01.07.04 a 30.06.05	57
01.07.05 a 30.06.06	57,5
01.07.06 a 30.06.07	58
01.07.07 a 30.06.08	58,5
01.07.08 a 30.06.09	59
01.07.09 a 30.06.10	59,5
01.07.11 a 30.06.12	60,5
01.07.12 a 30.06.13	61
01.07.13 a 30.06.14	61,5
01.07.14 a 30.06.15	62
01.07.15 a 30.06.16	62,5
01.07.16 a 30.06.17	63
01.07.17 a 30.06.18	63,5
01.07.18 a 30.06.19	64
01.07.19 a 30.06.20	64,5
a partir de 01.07.20	65
01.07.10 a 30.06.11	60

Cartilha marca Dia da Mulher

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o movimento sindical bancário está lançando a cartilha "Prevenção e Combate ao Assédio Sexual", com o objetivo de esclarecer bancárias e bancários sobre as características deste comportamento e suas consequências. O assédio sexual é um jogo de poder, no qual uma pessoa tenta dominar a outra por meio de ações embaraçosas e degradantes, podendo afetar o trabalho, a produtividade, a saúde, a carreira e a vida do assediado. Embora a incidência maior seja entre as mulheres (97%), os homens não estão livres do problema. A cartilha está disponível na sede do nosso Sindicato.

O parâmetro humano

Luis Fernando Veríssimo

O Ser Humano é a medida de todas as coisas. Pelo tamanho do Ser Humano se mede a vastidão do Universo, assim como pelo palmo e a braça se começou a medir a Terra. Todo o conhecimento do mundo se faz de uma perspectiva humana, todo o julgamento das coisas do mundo se faz por um parâmetro humano. Assim, enaltecer o senso moral do Ser Humano não é um floreio de linguagem que a única espécie que fala se faz, é valorizar este frágil instrumento de medição pelo qual a vida revela seu sentido. O Ser Humano ou é moral, e julga tudo por um prisma moral, ou é apenas um mecanismo inútil.

O liberalismo pensa estar defendendo o indivíduo quando nega a primazia do social, ou diz que uma sociedade é apenas um conjunto de ambições autônomas. O culto ao individualismo seria um culto à liberdade se não elesse como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar, e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse apenas a última das muitas tentativas de substituir o Ser Humano como a medida de tudo, e seu direito à vida e à dignidade como o único direito a ser cultuado. Já tentaram rebaixar o homem a mero servo de uma ordem divina, a autômato descartável de engrenagens industriais, a estatística sem identidade de regimes totalitários, e agora a uma comodidade entre outras comodidades, com nenhuma liberdade para escolher seu destino individual e o mundo em que quer viver. Mas o indivíduo só é realmente um indivíduo numa sociedade igualitária, como só existirá liberdade real onde os valores neoliberais não prevalecerem.

O que aconteceu nestes cinco dias históricos de Porto Alegre foi uma tentativa de resgatar o parâmetro humano. Se houve ações mais fortes, elas se justificam pelo princípio jurídico da auto-defesa, pois estava-se defendendo a saúde do planeta, ou pelo princípio teatral da ação simbólica. O principal foi que falou-se muito, e o que se falou foi ouvido no mundo inteiro. Se não foi entendido no mundo inteiro, não faz mal. A intenção era apenas mostrar que seres humanos não abdicaram da sua função, que o retorno de capital ainda não é a medida de todas as coisas do mundo. E afinal, este foi apenas o primeiro Fórum Social Mundial. Nos próximos, falaremos mais claro.

Texto apresentado pelo autor no dia de encerramento do Fórum Social Mundial

Congresso da Federação acontece nos dias 9, 10 e 11 de março

Nos próximos dias 9, 10 e 11, 121 delegados de todo o estado estarão reunidos na capital gaúcha para o VII Congresso da Federação dos Bancários RS. Na ocasião, a categoria também vai eleger a nova diretoria da Federação para o triênio 2001/2004. O Sindicato de Caxias do Sul e Região, um dos maiores do interior do estado, estará representado por nove delegados. A pauta do encontro inclui análise da conjuntura, discussão e resoluções sobre organização estadual, sobre projetos para a próxima gestão da Federação, além dos critérios de participação, papel e compromisso da direção.

Protesto no Banestado

O dia 20 de fevereiro foi marcado por paralisações e protestos nas agências do Banestado, onde já ocorreram 1.500 demissões depois que o banco foi vendido para o Itaú. Aliás, no Banerj, o outro banco estatal que foi vendido para o Itaú, as demissões também não pararam de acontecer. No caso Banerj, o banco desrespeitou, inclusive, a legislação, demitindo 14 dirigentes sindicais.

Salário mínimo

De acordo com o Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.036,35, ou seja, 6,9 vezes o piso vigente, de R\$ 151,00. Para chegar a esse valor, o Dieese baseou-se no que prevê a Constituição, de que o salário mínimo deveria ser suficiente para manter o trabalhador e sua família.

Abertas inscrições para delegados sindicais no Banrisul

Estão abertas as inscrições para os candidatos às eleições dos delegados sindicais do Banrisul, com atuação nas agências. Nosso Sindicato vai eleger três delegados e o pleito será realizado no período de 20 a 30 de março, diretamente nos locais de trabalho. Todos os banrisulenses sindicalizados poderão participar da disputa.

O prazo para as inscrições abriu no dia primeiro de março, e encerra-se no próximo dia 15. Os pedidos de inscrições poderão ser feitos junto à secretaria do Sindicato, das 9 às 16h, mediante correspondência assinada pelos interessados.

Mercantil Finasa e Citibank: mais um fusão no setor financeiro

O Citibank e o Mercantil anunciaram o acerto final da transação entre os bancos. As cifras e a forma de operação não foram divulgadas. Com o negócio, o Citibank reduzirá sua diferença com relação ao seu maior rival estrangeiro, o Santander, transformando-se em um banco com cerca de um milhão de clientes e mais de 250 agências. Como fusão é sinônimo de demissão, o negócio coloca em risco o emprego dos cerca de cinco mil bancários do Mercantil Finasa.

Bancos dos EUA envolvidos com lavagem de dinheiro

Os maiores bancos norte-americanos, tais como Bank of America, Chase Manhattan e Citibank aparecem em relatório divulgado pelo Senado dos EUA, no início de fevereiro, como participantes indiretos da lavagem de milhões de dólares do narcotráfico e de outras operações ilegais do crime organizado do mundo,

ao atuarem como coligados de bancos estrangeiros com atividades ilícitas.

O documento mostra vínculos com mais de dez bancos sediados no Caribe que, supostamente, lavam dinheiro utilizando contas abertas em bancos dos Estados Unidos.

FMI força a privatização da água em países pobres

Uma revisão geral das políticas de empréstimo do FMI, em 40 países, revela que, durante o ano 2000, os acordos de empréstimo do FMI em 12 países incluíram condições impondo privatização da água ou completa recuperação do custo. Em geral, são os países africanos, os mais pobres, menores e mais atolados em débitos os que estão sendo sujeitos a condições do FMI sobre privatização da água ou completa recuperação do custo.

Saneamento básico brasileiro atrai multinacionais

Estima-se que o Brasil possua cerca de 30 milhões de pessoas sem água tratada e que dois terços da população não sejam atendidos por rede de esgoto. De olho na lucratividade que o setor pode gerar, com receita anual de mais de R\$ 10 bilhões, multinacionais e grandes grupos de capital nacional acirram disputa pelo saneamento básico no país. Conforme o jornal Folha de São Paulo, apenas 5% desse mercado está, hoje, nas mãos da iniciativa privada. Para elevar sua participação nesse ramo, o capital privado aguarda a aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de lei sobre concessões.

Desigualdade sem limites

A renda dos 20% mais ricos é hoje 74 vezes maior que a dos 20% mais pobres, quando em 1960 era 30 vezes e, no auge do imperialismo do século 19, era de 7 vezes. As fortunas somadas das 358 pessoas mais ricas do mundo (mais de US\$ 1 trilhão) superam o PIB total de países que reúnem 2,7 bilhões de habitantes, equivalentes a 45% da população do planeta. A fortuna dos dois ou três homens mais ricos (cerca de US\$ 150 bilhões) supera os PIB's somados dos 43 países mais pobres. Dados publicados na revista "Carta Capital", de 24 de maio de 2000.

Pobreza Extrema

O número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza na América Latina aumentou em 20 milhões na última década, chegando a 80 milhões. As mulheres são as mais afetadas porque têm menos acesso às terras, ao crédito, à tecnologia, à educação e à saúde. A informação consta no relatório do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um dos estudos mais completos sobre pobreza rural no continente.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

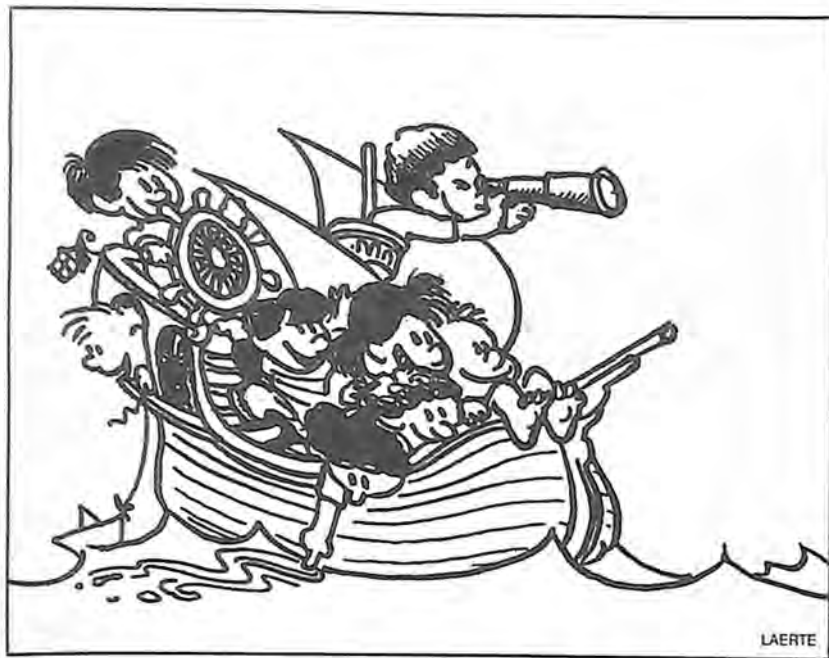
Sede: Rua Borges de Medeiros, 676 - Caxias do Sul - RS - 95020-310
Fones: (054) 223.2166 / 223.3119 - Fax (054) 221.6747
Correio Eletrônico: seebexs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

FGTS

Centrais sindicais apresentam proposta unificada



Depois de rejeitarem por unanimidade as propostas do governo para o pagamento da diferença de 68,9% nas contas do FGTS, decorrentes dos expurgos dos planos Verão (1998) e Collor (1990), as centrais sindicais fecharam uma proposta única para o pagamento dos expurgos. As medidas do governo, apresentadas no dia 20 de fevereiro, eram inaceitáveis, pois

simplesmente transferiam o ônus aos trabalhadores e empresários. A proposta das três centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) será apresentada ao Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, nesta quarta-feira, sete de março.

A proposta unificada prevê a constituição de um fundo para custear a reposição das perdas do FGTS. As empresas depositariam,

além dos 40% de multa por demissão sem justa causa, mais 10% do valor do funcionário. A alíquota de contribuição das grandes empresas ao FGTS, passaria de 8% para 9%, ficando isentas as micro e pequenas empresas que utilizem o Simples. Para os bancos, a proposta é aumentar o Imposto de Renda ou fazer alteração na alíquota de contribuição para 10%.

Os índices de rendimento do FGTS passariam dos atuais TR mais 3% ao ano para TR mais 6% ao ano. O governo federal entraria com o pagamento da diferença, em um percentual ainda a ser definido pelos trabalhadores. As centrais também não descartam a utilização de ações de empresas estatais como opção para pagar a correção.

Governo tenta se livrar da conta

As medidas, apresentadas pelo Ministério do Trabalho às centrais sindicais no dia 20 de fevereiro, incluíam a retenção das multas de 40%, pagas pelas empresas aos funcionários demitidos sem justa causa, aumento dos juros para fi-

nanciamentos da casa própria, elevação da alíquota paga pelas empresas de 8% para 9%, redução do repasse para o trabalhador de 8% para 7%, redução em 50% dos recursos destinados ao sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac e Sebrae), além da redução das aplicações dos recursos do FGTS em habitação e saneamento.

Ainda assim, os trabalhadores teriam de esperar entre 3 e 10 anos para receber a diferença, com o agravante de não poder sacar o dinheiro a qualquer momento. O valor da reposição das perdas obedeceria a regulamentação do FGTS, que libera o dinheiro apenas em caso de demissão sem justa causa, morte, aposentadoria e doenças graves como câncer e Aids.

Dados apresentados pelo ministro do trabalho Francisco Dornelles revelam que 87,74% dos trabalhadores têm a receber R\$ 500,00; 4,24% entre R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00, e apenas 1,01% têm direito a um crédito superior a R\$ 10 mil.

Banespa acaba com Direp e Corep

Apesar do voto contrário dos minoritários, a assembleia de acionistas do Banespa, realizada em meados de fevereiro, na sede do banco, em São Paulo, aprovou mais de 30 alterações do estatuto do banco, inclusive a extinção da Diretoria de Representação e Participação - Direp, e do Conselho de Representação e Participação - Corep, ambos fóruns de participação dos funcionários.

Os acionistas minoritários fizeram o registro de votos contrários para caracterizar abuso de poder do controlador na reforma do estatuto. Os minoritários argumentam que a eleição da Direp está prevista na Constituição brasileira, não podendo, portanto, ser extinta através de uma reforma estatutária.

O Direp e o Corep foram criados em 1986 para funcionar como canais permanentes de comunicação entre o funcionalismo e o banco, prevenindo situações de conflito.

CEF piora proposta e não sai acordo

A retomada das negociações na CEF frustrou novamente as expectativas do funcionalismo, que, desde setembro, espera fechar o acordo coletivo. A proposta apresentada ao Comando Nacional dos Empregados em meados de fevereiro, não apenas manteve as divergências anteriores, como fez novos ataques aos direitos dos

empregados.

A Caixa quer reduzir o adicional noturno de 50% para 20%, quer flexibilizar a jornada de trabalho, reduzir a compensação de horas extras com o critério de uma hora compensada para cada hora trabalhada, a estabilidade provisória, as garantias sindicais, retirar o princípio da negociação coletiva per-

manente e limitar o número de dirigentes sindicais.

O Comando Nacional dos Empregados considera a proposta inaceitável e revela preocupação com a sinalização da Contec em assinar o acordo rebaixado, o que representaria quebra das relações, com consequências imprevisíveis para o funcionalismo.

Lucro dos bancos em 2000

Itaú

O Itaú registrou o maior do setor, com R\$ 1,841 bilhão. Embora a cifra seja menor do que a registrada em 1999 (R\$ 1,869 bilhão), possibilitou à empresa uma das maiores taxas de rentabilidade do sistema financeiro nacional, com 27,7% sobre o patrimônio líquido. Este, por sua vez, atingiu R\$ 6.642 bilhões, o que representa um crescimento de 12,5%.

Bradesco

O Bradesco lucrou R\$ 1,740 bilhões no ano passado, o que representa um crescimento de 57% em relação a 1999. A principal base de lucros do maior banco privado nacional em 2000 foi a prestação de serviços, na qual estão incluídas tarifas, taxas de administração de fundos de investimento e cobrança bancária.

Safrá

O Banco Safrá registrou no ano passado lucro líquido de R\$ 311,411 milhões contra R\$ 197,479 milhões em 1999. O patrimônio líquido do banco fechou o ano em R\$ 1,408 bilhões, acima do resultado registrado em 1999, de R\$ 1,012 bilhões.

Unibanco

O lucro líquido no Unibanco no ano passado, de R\$ 139 milhões, superou em 25% o resultado de 1999.

Banco do Brasil

O banco registrou lucro líquido de R\$ 974 milhões. O resultado é 15,5% superior ao registrado em 1999, e representa rentabilidade de 12,23% sobre o patrimônio líquido da instituição.

Banrisul

O Banrisul lucrou R\$ 83,5 milhões no exercício de 2000. O resultado é 37,5% superior ao registrado no ano anterior e se deve, principalmente, ao aumento das operações de crédito, crescimento da captação e na qualidade na concessão de financiamento.

Banespa

Por meio de um artifício contábil, o novo controlador do Banespa transformou o lucro da instituição de R\$ 676 milhões em um prejuízo de R\$ 2,1 bilhões. A mágica deve-se a novos provisionamentos feitos pelo Santander no balancete patrimonial de 30 de novembro. Os provisionamentos são de natureza legal, previdenciária, operacional e na carteira de crédito, da ordem de R\$ 2,648 bilhões. O balancete não reflete o esforço do funcionalismo, uma vez que o resultado operacional do banco foi positivo.

BB: Conferência Nacional de Saúde e Previdência será em abril

A Comissão de Empresa do Banco do Brasil promove nos dias 20, 21 e 22 de abril, no Rio de Janeiro, a Conferência de Saúde e Previdência dos Funcionários do BB. A pauta do evento inclui a situação da Previ e da Cassi. A Previ está sob intervenção branca desde o dia 18 de dezembro, quando a Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência nomeou Dimas Luis Rodrigues da Costa para a diretoria fiscal da entidade, alegando que sua tarefa seria instituir a paridade das contribuições do banco e dos associados da Previ. A Cassi está se preparando para uma reforma estatutária. Há um grupo de trabalho responsável pela elaboração de uma proposta de um novo estatuto.

Anuênio terá desconto de IR Você não é obrigado a vendê-lo

O plebiscito, realizado nos dias 6, 7 e 8 de dezembro, teve como objetivo decidir se a categoria iria colocar ou não à venda o anuênio. Em nível nacional, venceu o "sim". Mas, isso não significa que você é obrigado a vendê-lo. Significa apenas que a decisão ficará a critério de cada bancário. A escolha é sua, mas fique atento aos valores. Dos R\$ 1.100,00 propostos, serão descontados os impostos. Os bancários de Caxias do Sul e Região votaram pela manutenção do anuênio. Foram 471 votos para o "não" e 367 para o "sim".

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O consenso dos diversos: novo rumo para a globalização

De 25 a 30 de janeiro, cerca de 15 mil pessoas, incluindo os mais de quatro mil delegados, representando 122 países, participaram do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, onde deverá acontecer a segunda edição do evento, em 2002.

Gente de todo o tipo, de diferentes partes do mundo, ligadas a entidades que defendem as mais diversas causas, se encontraram na capital gaúcha para formular alternativas à globalização capitalista. Ao contrário das outras grandes jornadas internacionais de luta, acontecidas dos últimos dois anos em Seattle, Washington, Melbourne e Praga, o FSM não foi idealizado para protestar, mas para dar início a um processo de reflexão conjunta, em nível mundial, que permita vislumbrar um outro mundo, menos desumano e mais solidário.

O encontro, promovido por organizações não governamentais e entidades associativas e sindicais, não teve caráter deliberativo. No entanto, propostas como o perdão da dívida externa dos países pobres, o fim do FMI, BIRD, OMC e outras instituições que representam os interesses do capital, taxação das transações financeiras de curto prazo e democratização dos sistemas de gestão foram defendidas em diversos momentos, por organizadores e expositores dos painéis e oficinas do evento.

As conferências realizadas no FSM foram estruturadas em quatro grandes eixos: a produção da riqueza e a reprodução social, o



A Marcha contra o Neoliberalismo e Pela Vida coloriu as palavras de ordem, com diferentes estilos e sotaques

acesso às riquezas e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos, poder político e ética na nova sociedade. Além das conferências, centenas de oficinas discutiram desde comércio internacional, sindicalismo, reforma agrária, biotecnologia, até questões ambientais e de gênero.

Nos debates sobre desemprego e sindicalismo, denúncias semelhantes foram feitas por representantes de centrais sindicais do Brasil, África do Sul, Itália, Espanha, Estados Unidos e Canadá. Flexibilização das leis trabalhistas, aumento das taxas de desemprego, diferenciação de salários entre homens e mulheres não são referentes apenas ao mercado de trabalho latino-americano.

A adoção de medidas de incentivo às indústrias nacionais, o fortalecimento do Mercosul para enfrentar o acordo da Área de Livre

Comércio das Américas (ALCA), o fim das barreiras protecionistas dos EUA e dos planos europeus aos produtos latino-americanos, e a diminuição do comprometimento de recursos das nações latino-americanas com o pagamento de dívidas externas foram os principais pontos defendidos por representantes da Central Autônoma de Trabalhadores do Brasil (CAT), da Central Latino-americana de Trabalhadores (CLAT), da Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e da Confederação Sindical da Indonésia.

O oligopólio da comunicação foi outro tema de destaque do Fórum. Conforme o crítico norte-americano Norman Solomon, apenas três grandes grupos – Time Warner, NewsCorp e Disney controlam as informações veiculadas pelo mundo, seja pela mídia tradicional, seja pela Internet, reproduzindo a ideologia dominante. A

professora da escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Regina Festa, ressaltou a importância do tema e encerrou sua fala defendendo a realização de um fórum mundial para discutir a responsabilidade dos meios de comunicação de massa no ocultamento da realidade atual.

A Confederação Nacional dos Bancários participou do Fórum promovendo uma oficina sobre o poder do dinheiro na sociedade atual. A oficina reuniu bancários brasileiros, austríacos, argentinos e uruguaios, e contou com a presença dos economistas Ary Minella e Carlos Vidotto, da presidente da CNB, Fernanda Carísio e do secretário geral da entidade, Vagner Freitas. Os palestrantes falaram sobre a desnacionalização do sistema financeiro e criticaram a atuação do Banco Central, comprometido com os interesses do governo e do FMI.

Davos e Porto Alegre: Confronto ou complemento?

O FSM foi idealizado para criar um contraponto ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça, onde a elite econômica mundial decide as regras do jogo. No dia 28, uma teleconferência transmitiu ao vivo o confronto entre Porto Alegre e Davos. A teleconferência teve a participação do mega-especulador George Soros, representantes da OMC e do FMI, por parte de Davos, já o Fórum Social Mundial foi representado pelo francês Bernard Cassen do jornal Le Monde Diplomatique, representantes da "via campesina", da CUT e de outras Organizações Não Governamentais.

Desafiado a propor alternativas, Cassen sugeriu a Davos a reavaliação de um abaixo-assinado pedindo que as Nações Unidas cancelem o pagamento da dívida externa dos países pobres e pela implantação da taxa Tobin. Não obteve resposta.

Os representantes de Porto Alegre questionavam a desigualdade e a escravidão dos povos aos interesses internacionais. Solidariedade e humanismo foram destaques nas palavras daqueles que ambicionam a construção de um mundo melhor. Mas, apesar dos interesses contrários, os representantes de Davos assimilam cada vez mais o discurso humanitário de quem os contesta. "A extensão e a visibilidade das consequências negativas deste tipo de globalização e a crescente contestação dos movimentos de cidadãos e das ONGs solidárias levaram, já há mais tempo, os responsáveis de Davos a convidar representantes dessa resistência a participar de seu fórum. Neste, a presença dos dissidentes de Davos foi quantitativa e qualitativamente significativa. No entanto, essa tão nutrida e brilhante representação tem provado a inutilidade de sua presença, pela impossibilidade de conciliação das ideologias antagônicas", afirma José Vidal Beneyto, em artigo publicado no jornal El País, em 10 de fevereiro.

A crítica é pertinente. Mas, não invalida a magnitude do Fórum Social Mundial, que foi além das expectativas de seus organizadores, reunindo, em sua primeira edição, mais de 15 mil pessoas, 50% mais do esperado.

Manifestação no Santander



Centenas de pessoas compareceram em frente à matriz do banco Santander Meridional, em Porto Alegre, no dia 25 de janeiro, para protestar contra a dominação do capital internacional no sistema financeiro nacional. O ato fez parte de um esquema de mobilização popular do Fórum Social Mundial, e teve por objetivo denunciar a operação desmanche da estrutura bancária do país por conta do processo de privatização e desnacionalização das empresas brasileiras.

Uma faixa com a mensagem "Chega de especulação, privatização e desemprego" em três línguas resumiu a revolta dos bancários, que queimaram a bandeira dos Estados Unidos, Espanha e um boné de FHC, simbolizando a política econômica do FMI e do Santander.

O ato também teve o propósito de denunciar as demissões, a discriminação de funcionários, a extrapolação da jornada de trabalho e demais problemas que vem ocorrendo no Meridional depois da privatização.

65 ANOS

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 17 - Nº 98 - ABRIL/2001

FILIADO A 

Santander anuncia novo PDV no Banespa

*Banespianos ameaçam com paralisações, caso haja demissões não voluntárias.
A decisão foi aprovada em assembléia, realizada dia 24 na capital paulista.*

O PDV foi anunciado pelo Santander no dia 17 de abril. O controlador do Banespa disse que o plano faz parte de uma reestruturação em andamento na instituição, cujo objetivo é transformar o grupo no melhor banco de varejo do país. Na verdade, a "Síndrome do Touro Loco" (apelido dado à política desumana do banco) quer forçar os funcionários com

mais anos de casa a pedirem demissão.

A adesão, porém, é voluntária, e a decisão deve ser cuidadosamente analisada. O PDV gera desemprego e, consequentemente, amplia ainda mais a crise social no país. O prazo para adesão é até o dia 25 de abril. Empregados de todos os níveis e funções podem aderir. As exceções são

os admitidos até o dia 22 de maio de 1975 e que não optaram pelo Banesprev, os que têm estabilidade provisória, os aposentados recontratados e os estrangeiros que trabalham no exterior.

Além do que está previsto no acordo coletivo, o banco oferece uma indenização adicional baseada no tempo de serviço. Funcionários com até

10 anos de casa receberão três salários; de 10 a 15 anos, cinco salários; de 15 a 20 anos, sete salários, e acima de 25 anos, oito salários. Os empregados que aderirem continuarão recebendo assistência à saúde por um período de 12 meses, com opção de extensão por mais 12 meses, desde que assinem requerimento por

ocasião da homologação. O banco também propõe um bônus de R\$ 1 mil para reembolso de despesas com treinamentos de qualificação profissional. No caso do Banesprev, as regras variam de acordo com modalidade do plano. Dentre as opções estão a manutenção da inscrição no plano ou resgate de parte das contribuições.

Interventor do BB tenta saquear Previ, mas é barrado por liminar

O Sindicato dos Bancários de São Paulo obteve liminar suspendendo o uso das reservas da Previ para amortizar dívidas do Banco do Brasil com o fundo de pensão dos funcionários do banco. Com isso, os R\$ 2,3 bilhões que haviam sido transferidos para a conta "reservas a amortizar", por decisão do diretor fiscal (interventor) nomeado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para implementar a paridade na Previ, voltaram às reservas do fundo. A decisão comprova, mais uma vez, o que a Comissão de Empresa do BB vem denunciando: o banco não pode passar por cima da lei e se apropriar do que é do funcionalismo.

Na decisão, o juiz acolheu o entendimento do advogado Luiz Antônio Castagna Maia, que afirma: "A Lei é absolutamente clara e imperativa: o valor que exceder à Reserva Matemática deve ser contabilizado como Reserva de Contingência até que atinja o equivalente a 25% da Reserva Matemática. O valor excedente a 25% da Reserva Matemática, ou seja, o excedente à Reserva de Contingência deve ser contabilizado como Fundo de Oscilação de Riscos. Consolidado o Fundo de Oscilação de Riscos pelo período de 03 anos, poderá haver redução proporcional das contribuições de patrocinador e participantes, até que tal Fundo seja consumido".

A ordem judicial impede a implementação do item "e" do relatório do diretor fiscal de 06.04.2001, que determinava "creditar na conta 'reservas a amortizar' o saldo de reservas marcado em nome do patrocinador (BB) existente em 15.12.2000 (R\$ 2.273,4 milhões) para amortizar contribuições futuras do patrocinador, decorrente de acordo firmado entre as partes em 24.12.1997 e editado em 09.02.1998".

O ingresso de ação judicial para impedir o saque às reservas da Previ faz parte da estratégia geral de combate às determinações do governo em relação à implantação da paridade no fundo de pensão.

Defesa dos bancos públicos é prioridade da gestão 2001/2004 da Federação RS

A defesa dos bancos públicos será destaque nas atividades da Federação dos Bancários RS durante a gestão da diretoria eleita no 7º Congresso Bancário do RS, realizado de 9 a 11 de março, e empossada no dia 17 do mesmo mês. A eleição seguiu o critério da proporcionalidade, de modo que a chapa "Unidade

A diretoria foi eleita pelo voto dos delegados também eleitos em cada um dos 38 sin-

venda do Banrisul. Ela já foi aprovada por vários vereadores, mas ainda não chegou à



7º Congresso da Federação reuniu delegados de 38 sindicatos do estado

Assembléia Legislativa do estado. A defesa do BB e da CEF também ganhou destaque nas resoluções, assim como a questão da formação dos dirigentes e associados.

A Federação vai oferecer cursos de política sindical aos dirigentes e subsidiar os sindicatos para que ofereçam cursos de qualificação à categoria.



para Lutar" (ASS-Bloco, Artsind e independentes), que obteve 75,42% dos votos, ficou com a maior parte dos votos, enquanto a Chapa 1 (CSA e independentes), que alcançou 24,57% dos votos, ficou com menor representação.

dicatos que compõem a Federação. Eles também definiram as prioridades da próxima gestão, entre as quais está buscar apoio para a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que coloca a realização de um plebiscito como condição para a

FGTS

Governo atropela direitos dos trabalhadores

Pelos cálculos da CUT, os trabalhadores poderão perder até 29% do valor a ser reposto ao saldo do FGTS, em decorrência das perdas relativas aos planos Verão e Collor 1.

O prejuízo decorre dos descontos e da não remuneração do fundo previstos no substitutivo aprovado no dia 18 na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. O substitutivo foi apresentado pelo relator Luiz Antonio Medeiros (PL-SP) e toma o lugar do projeto do governo, elaborado em conjunto com a Força Sindical. A votação segue na Comissão de Finanças e Tributação e, como tramita em regime de urgência, poderá ir ao plenário ainda esta semana. O Substitutivo foi aprovado sem o voto da oposição. A lei

complementar estabelece parcelamentos que poderão estender até 2007 os pagamentos das correções acima de R\$ 1 mil. Além dos parcelamentos, o texto do relator prevê descontos de até 15% para quem tem direito a diferenças acima de R\$ 2 mil. De acordo com a matéria, apenas os trabalhadores com direito a correção de R\$ 1 mil, aposentados com idade superior a 65 anos ou por acidente de trabalho receberão a diferença de uma só vez, em junho de 2001.

Segundo Medeiros, o texto

substitutivo foi elaborado depois de ter avaliado as 24 emendas apresentadas ao projeto do governo. A proposta encaminhada por sete deputados do PT, entre os quais a caxiense Ana Corso, eliminava os descontos reivindicados no projeto original do governo, que, segundo a CUT, causaria um prejuízo de R\$ 5 bilhões aos trabalhadores. O mesmo projeto previa ainda o pagamento em dezembro de 2001, em parcela única, para aqueles que tem a receber até R\$ 1.000,00. Aqueles que tem valores superiores a R\$

1.000,00 receberiam R\$ 1.000,00 em dezembro de 2001, e o restante a partir de junho de 2002, em quatro parcelas semestrais. A emenda também previa a remuneração do fundo até a data a ser creditado, com os mesmos critérios de remuneração utilizados para as contas vinculadas, ou seja TR mais 3% ao ano.

Já, o projeto original do governo, encaminhado em 20 de março, previa uma redução de 10 a 15% no valor a ser pago aos beneficiários com mais de R\$ 1.000,00 a receber. O prazo para pagamento se estendia

de 2002 a 2006: julho de 2002 para quem tem a receber até R\$ 1.000,00; entre julho de 2002 a julho de 2003 para quem tem entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00, janeiro de 2003 a dezembro de 2004, para quem tem entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00; e até o início de 2006 para valores acima de R\$ 5.000,00. A proposta do governo foi elaborada com o apoio da Força Sindical e da CGT, que vinham negociando o pagamento das perdas do FGTS juntamente com a CUT, mas na última hora voltaram-se contra os trabalhadores.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Parecer da ABRAPP diz que decreto 3.721 é ilegal

O decreto 3.721, de 08 de janeiro de 2001, altera os incisos IV e V do decreto 81.240/78, aumentando a idade mínima exigida para concessão da aposentadoria por tempo de contribuição de 55 para 60 anos, com acréscimo a cada mês de julho, a contar de 2001, de seis meses até 2010, nos Planos de Contribuição Definida, ou de 55 para 65 anos, sendo acrescido a cada mês de julho, a partir de 2001, de seis meses até completar 65 anos, para os Planos de Benefício Definido, não resguardando o direito assegurado pelo decreto 81.240/78, para os inscritos nos planos de benefícios antes de 23 de janeiro de 1978.

O mencionado decreto estabelece ainda, para os Planos de Contribuição Definida, quando da concessão da aposentadoria especial, a idade mínima de 53, 51 e 49 anos, conforme o tempo de contribuição exigido pela Previdência Social, de 25, 20 e 15 anos.

O jurista Celso Bastos, porém, diz que a aplicabilidade do decreto à massa de participantes vinculados aos planos de

benefícios mantidos pelas entidades de previdência privada fechada, cujo direito ao benefício complementar, previsto nos regulamentos de cada plano, defina como elegibilidade idade inferior a 60 anos, para os Planos de Contribuição Definida, ou 65 anos, para os Planos de Benefício Definido, para concessão das aposentadorias normais, por idade, especiais, tempo de serviço e de contribuição, é ilegal. O jurista, que deu seu parecer sob solicitação da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, diz que a aplicabilidade do decreto nestes casos é ilegal, porque contraria o disposto no artigo 202 da Constituição Federal de 1988, em que está expresso que o regime de previdência privada será regulado por lei complementar. Neste caso, o decreto 3.721/01 não pode disciplinar sobre uma matéria reservada à lei complementar.

Previ

Considerando a possibilidade do Decreto 3721, que estipula a idade mínima de 55 anos, mais seis meses a cada

ano transcorrido, ser aprovado, a Previ está incentivando os beneficiários do plano a solicitarem a complementação da aposentadoria antecipada. Quem já estiver aposentado pelo INSS poderá solicitar o Complemento de Aposentadoria Antecipada, independente da idade. Quem ainda não se aposentou pelo INSS poderá fazê-lo a partir dos 50 anos, desde que tenha o mínimo de 180 contribuições mensais. A Previ estuda ainda, em conjunto com o Banco do Brasil, a possibilidade de se alterar algumas condições para que os participantes do plano possam requerer benefícios proporcionais antes dos atuais exigências regulamentares.

Na ausência de decisão jurídica em contrário, o Decreto 3721 entra em vigor no dia primeiro de julho de 2001. Nesse caso, os participantes dos fundos de pensão, inclusive os que ingressaram no quadro até 24 de janeiro de 1978, quando não havia idade mínima para receber o benefício, deverão atender o requisito do limite etário.



1º maio

**CPI DA CORRUPÇÃO JÁ!
FORA FHC E O FMI**

**PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS
DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO**

CONTRA A ALCA

14h

**Venha para o PARQUE DA REBELIÃO
Monumento ao Expedicionário**

CUT - ENTIDADES FILIADAS - UNE - UJS
JUVENTUDE PETISTA - JUVENTUDE PSTU
PT - PSB - PCB - PC do B - PSTU
ATTAG/RS - MST

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filial à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.
Sede: Rua Borges de Medeiros, 676 - Caxias do Sul - RS - 95020-310
Fones: (054) 223.2166 / 223.3119 - Fax (054) 221.6747
Correio Eletrônico: seebcs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Empregados questionam na Justiça acordo CEF- Contec

O acordo fraciona a jornada de trabalho, mutila a assistência à saúde, ignora a existência dos delegados sindicais e outros direitos trabalhistas adquiridos

A Comissão Executiva dos Empregados da CEF (CEE) está entrando com representação no Tribunal de Contas da União e na Justiça Federal, em nome dos sindicatos, contra o acordo coletivo assinado pela Contec. A CEE entende que o acordo, assinado no último dia 10, é uma armadilha: sacramenta o fim de vários direitos dos empregados, favorecendo a política de desmonte da empresa, que poderá levar à demissão de milhares de trabalhadores.

O acordo e a gestão de Emílio Carazzai serão alvo de protestos entre os dias 23 e 27 de abril. No dia três de maio, haverá paralisação de uma hora nas principais agências. E para o dia 10, a CEE organi-

zou um seminário nacional, na Câmara Federal, para discutir a situação patrimonial da CEF, o déficit e as perspectivas para a empresa.

Os maiores problemas do acordo assinado pela Contec estão no Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva), cuja redação não dá garantia nenhuma aos empregados; na jornada de trabalho, que pode ser fracionada; e no auxílio-alimentação, que diminuiu em relação à proposta de início de fevereiro.

Para a CEE, este foi um acordo de cartas marcadas. Prova disso, foi a consulta que a Contec realizou por meio de abaixo-assinado, não traduzindo a verdadeira intenção da proposta apresentada pela

Caixa. Para decidir sobre assunto da importância de um acordo coletivo, que mexe com o cotidiano de vários trabalhadores, a metodologia do abaixo-assinado não é a mais correta. Nesse caso, o instrumento democrático e soberano da categoria é sua assembléia de base.

Como se não bastasse os prejuízos diretos para o funcionalismo, o acordo Caixa/Contec não prevê qualquer garantia contra demissões em massa. E é essa a intenção da diretoria da Caixa: livrar-se dos atuais funcionários para arrebatar mão-de-obra terceirizada no mercado, barata e com menos qualificação. O número de terceirizados já corresponde a 47% do total de funcionários.

Direitos perdidos

A cláusula do Pams está mutilada na proposta da Caixa. Desaparecem pontos referentes às DST/Aids, serviços odontológicos, hospedagem para tratamento, utilização pelo cônjuge, reembolso das despesas e pagamento do tratamento das LER. Some também a promessa de manter esses benefícios, previstos no acordo 1999/00.

Outro ponto crítico deste acordo é o fracionamento da jornada de trabalho. O acréscimo de 45 minutos aos 15 determinados por lei para descanso e alimentação, será compensado no final do expediente. Na prática, a jornada aumenta para sete horas diárias, afrontando a CLT, que determina jornada de seis horas aos bancários.

O acordo também extingue a 13ª cartela do auxílio-alimentação e acata o valor de R\$ 9,80, inferior aos R\$10,00 que já haviam sido propostos à CEE em fevereiro. Além disso, acaba com a estabilidade provisória ao pai, por ocasião de gravidez da companheira, não garante pagamento do PRX/PLR, ignora a existência dos delegados sindicais, barra o acesso dos dirigentes sindicais às dependências da empresa, extingue a liberação dos dirigentes das associações e da Fenae, impede o desconto em folha das mensalidades das entidades sindicais e associativas, e faz chantagem com os empregados por meio da conversão de licença-prêmio e Apip, além de um nível de promoção, questões que independem de acordo coletivo.

Carazzai admite plano para esquartejar a CEF

O fim desses direitos pode ser o começo de mais um pesadelo para os empregados. As condições precárias dessa proposta são um caminho aberto para que a atual diretoria acentue o processo de desmonte da empresa, que tomou novas proporções com a divulgação do Plano de Reestruturação Patrimonial. O plano divide a Caixa em duas: uma saneada e lucrativa, para prestar serviços financeiros; outra para engolir o déficit decorrente da sua atuação social. A idéia do governo é reunir os chamados ativos podres da instituição em uma empresa não-financeira e deixar somente a parte comercial na atual pessoas jurídica da CEF. Por trás desta medida, o governo viabiliza a privatização da CEF.

Plebiscito definirá mudanças no estatuto da Cassi

A Conferência Nacional de Saúde dos funcionários do Banco do Brasil reuniu 80 delegados do país nos dias 21 e 22 no Rio de Janeiro. As propostas de alteração ao projeto do estatuto da Caixa de Assistência (Cassi) foram apresentadas pela Comissão de Empresa aos diretores eleitos. Os delegados decidiram que as mudanças deverão ser levadas à plebiscito para os funcionários decidirem. Os principais pontos apresentados e que foram aceitos

pelos diretores eleitos são a criação de um plano odontológico, manutenção da contribuição dos associados à Cassi, sem diminuição de benefícios. Entre outras coisas, foi aprovado também que o volume de gastos com a Cassi deverá ser definido anualmente por meio de cálculos atuariais, negociados entre representantes dos associados e do banco, tendo como princípio a manutenção do atual nível de contribuição de 3% e o patamar mínimo de con-

tribuição do banco na ordem de 4,5%.

A Conferência aprovou ainda a importância de se criar portas de entradas para atendimento integral da saúde do funcionalismo. A regulamentação das portas só deverá ocorrer a partir da comprovação de que o atendimento médico supera as expectativas do funcionalismo. Neste momento, passaria a instituir regras de co-participação por evento na utilização da rede conveniada.

Terceirização ameaça sigilo bancário

Depois da Folha de São Paulo, a revista Carta Capital também traz denúncia sobre o vazamento de sigilo bancário em razão da precariedade dos serviços prestados aos bancos pelas empresas terceirizadas.

A revista revela possuir extratos e dados cadastrais sigilosos de inúmeras pessoas e empresas, muitas delas famosas, obtidas junto a funcionários de terceirizadas, entre elas a Transpev e a Scor. Para comprovar a denúncia, Carta Capital mostra cópias de documentos de movimentação financeira efetuada pelo ex-técnico da seleção Telê Santana, pelo ex-piloto Nelson Piquet, pelo apresentador de TV Carlos Alberto Nóbrega, pelo técnico de futebol Luiz Felipe Scolari, pela Construtora Camargo Corrêa e pelo Grupo Pão de Açúcar.

A reportagem de Carta Capital prova o que sempre denunciávamos: as terceirizadas, e muitas vezes as quarteirizadas, realizam trabalho de bancário e têm acesso a informações sigilosas.

NÃO à ALCA: um protesto sem fronteiras

A proposta da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), lançada há 11 anos pelo presidente norte-americano George Bush, colocada em marcha em 1994 com a Nafta (acordo entre EUA, Canadá e México), ganha novo impulso com o presidente George W. Bush. A idéia, agora, é estender a desregulamentação e, por consequência, o domínio norte-americano, para todo o continente sul e centro-americano.



Fúria colorida: Quebec virou Praça de Guerra

Os protestos iniciados em Seattle, em 1999, e que têm marcado todo encontro internacional de peso para o avanço da globalização capitalista, se repetiram na 3ª Cúpula das Américas, realizada em Quebec, nos últimos dias 20, 21 e 22, e no encontro preparatório a esta, realizado em Buenos Aires, nos dias 6, 7 e 8 de abril.

Os dois encontros reuniram ministros e chefes de estado de toda a América Latina, com exceção de Cuba, para dar andamento às negociações e definir o cronograma de implantação deste acordo, que ameaça acabar com a esperança dos países latino americanos terem vida econômica e identidade próprias. A 3ª Cúpula definiu o prazo de 2005 para a Alca entrar em vigor. Mas, os protestos do lado de fora das salas de reuniões apontam a possibilidade de outro rumo para esta situação.

A Alca prevê o estabelecimento de regras que vão regular desde a redução das barreiras tarifárias e as políticas de subsídios, antidumping e medidas compensatórias, até temas extremamente sensíveis, como os investimentos (desregulamentação do fluxo de capitais na região e proteção dos

investimentos externos de eventuais ações dos Estados), as compras governamentais (abertura ao capital estrangeiro), a propriedade intelectual (proteção dos interesses das grandes corporações, particularmente nas áreas farmacêutica e de biotecnologia) e os serviços (abertura ampla aos investidores externos).

Tão ampla abertura tem repercussões tão graves quanto previsíveis, principalmente considerando as desigualdades das nações envolvidas. Os Estados Unidos representam 71% do PIB dos países envolvidos na Alca. A renda per capita dos norte-americanos oscila entre 30,6 mil, enquanto na Nicarágua ela é de 430 dólares. A diferença econômica, tecnológica e financeira, coloca as nações latinas em extrema desvantagem nas negociações.

"Seremos parte de um território econômico cujo centro estará nos Estados Unidos. Os níveis desejados de proteção da nossa economia não dependerão mais de políticas de governo, passíveis de alterações a partir de decisões soberanas. (...) Após a criação da Alca, as decisões de política econômica tomadas nos Estados Unidos terão uma influência ainda mais gigantesca sobre nós. Mas, como é óbvio, não estaremos representados no Congresso americano ou nas demais instituições daquele país. (...) É bastante possível que o déficit comercial brasileiro com os Estados Unidos aumente, pois o que vamos ganhar em termos de acesso ao mercado americano é muito menos do que o que eles vão ganhar aqui". Estas avaliações foram feitas pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex dirigente do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty, em entrevista concedida ao site da Global21 (www.global21.com.br). Suas entrevistas e pronunciamentos públicos, uma tentativa de defender a soberania do país e alertar para as ameaças da Alca, acabaram resultando na perda do cargo. O embaixador foi demitido no dia 13 de abril, pelo presidente da República e o ministro Celso Lafer.

A Nafta já mostrou quais são as consequências de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos para os trabalhadores, a sociedade e o meio-ambiente: um milhão de mexicanos ganham menos que o salário-mínimo, enquanto oito milhões de famílias foram mergulhadas na pobreza. Por outro lado, na zona das 'maquiladoras' (empresas onde se montam produtos com peças e componentes vindos do país vizinho, com vantagens decorrentes de mão-de-obra barata), ao

longo da fronteira entre Estados Unidos e México, o crescimento da poluição e os dejetos químicos, resultado da supremacia dos interesses comerciais aprovados na Nafta, incrementaram dramaticamente os

policiais atuaram em ambos países. Mas nada disso conseguiu impedir os manifestantes de darem o seu recado. Em Quebec, o início da reunião da cúpula teve de ser adiado. Na mesma tarde, cerca de 600

paulistas também foram às ruas, mais precisamente à Avenida Paulista, em frente ao prédio do Banco Central.

Plebiscito para decidir a ALCA

As mobilizações na capital argentina, apon-taram para uma iniciativa brasileira: lideranças

argentinas, uruguaias, paraguaias e chilenas presentes nas mobilizações anti-ALCA adotaram a idéia de propor a realização de plebiscitos em seus países para que a população decida se quer ou não a ALCA. A idéia partiu dos deputados Henrique Fontana e Aloísio Mercadante (PT), os quais protocolaram no parlamento brasileiro um projeto de lei que institui a obrigatoriedade de a sociedade decidir sobre o destino de seus países.



Paz e Amor para o arco-íris dos jatos d'água

índices de hepatite e defeitos de nascedouro.

Manifestantes vencem grades de ferro

Em Quebec, o governo construiu quatro quilômetros de grades de ferro, com três metros de altura, para proteger as áreas reservadas aos 34 chefes de estado que deram andamento à Alca. A Argentina tentou impedir que 19 ônibus brasileiros entrassem no país para participar do protesto à reunião preparatória de Quebec. Milhares de



Manifestantes avançam contra grades

idade e o meio-ambiente: um milhão de mexicanos ganham menos que o salário-mínimo, enquanto oito milhões de famílias foram mergulhadas na pobreza. Por outro lado, na zona das 'maquiladoras' (empresas onde se montam produtos com peças e componentes vindos do país vizinho, com vantagens decorrentes de mão-de-obra barata), ao

Campeonato de Futebol Sete começa dia 28

A partir do próximo dia 28, acontece mais um campeonato de Futebol Sete na sede campestre do Sindicato. Além da prática esportiva, a rodada de jogos é uma oportunidade para descontração e promover a integração da categoria. No dia 28 serão realizados cinco jogos entre as chaves A, B e C, inaugurando a primeira fase, que definirá as chaves D e E. Participe. Se você não joga, aproveite para torcer pelos seus colegas e dar um passeio na sede!

Jogos do dia 28:

10h	Itaú/Banrisul X Real/Bandeirantes
14h	BB X Bancários Farroupilha
16h	HSBC X Sudameris/Bic
11h	Bradesco X CEF
15h	BBV/Banespa X BCN/Boa Vista/Rural

CHAVE A

Sudameris/Bic
BCN/Boa Vista/Rural
BBV/Banespa
HSBC

CHAVE B

Bancários Farroupilha
CEF
Bradesco
BB

CHAVE C

Finasa
Real/Bandeirantes
Itaú/Banrisul

Novos convênios do nosso Sindicato

Escola Maternal Pimpolho Alegre
Rua Dom José Baréa, 1869
Fone 228 4520

Centro de Investigação Ultrasonográfica
Rua Borges de Medeiros, 560, salas 21 e 22
Fone: 221 5677

Eliana Maria Perini (Psicóloga)
Rua Alfredo Chaves, 927 - sala 303
Fone: 214 4549

Fernando Turra Gastaldello (Médico)
Rua Moreira César, 2821, sala 42
Fone: 221 6760

Ana Paula Costa de Lima (Psicóloga)
Rua Garibaldi, 670, sala 401
Fone: 212 4645/ 9999 2487

Nilo de Andrade Tessari (Ginecologia e Obstetrícia)
Rua Feijó Junior, 909, sala 603
Fone: 223 4270 / 223 1272

Monica Boone (Psicóloga)
Rua Borges de Medeiros, 667, sala 53
Fone: 223 7273 / 9115 4714

65 ANOS

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 17 - Nº 99 - MAIO/2001

FILIADO À 

Itaú demite 70% dos funcionários da agência Banestado em Caxias do Sul

A ação do atual controlador do Banco do Estado do Paraná foi rápida e rasteira: tirou todos os antigos funcionários da agência de Caxias do Sul de cena, demitindo a maioria e deslocando os demais para outras agências do Itaú



No dia 21, a agência do Banestado de Caxias do Sul amanheceu com os letreiros do Itaú. A troca de bandeira foi marcada pela demissão em massa

As demissões foram feitas de surpresa, sem qualquer negociação prévia, no final do expediente da sexta-feira, 18 de maio, último dia em que a agência funcionou sob a bandeira do Banestado. Passado o final de semana, a agência reabriu com

nova equipe de funcionários e nova identificação visual, característica do Itaú.

As demissões refletem a realidade da política de privatização

do governo federal. Desde que foi vendido ao Itaú, em outubro do ano passado, o Banestado já realizou mais de 3.200 demissões, prejudicando não apenas os bancários, mas também a qualidade e a segurança do atendimento ao cliente. Tudo em nome do lucro, apesar do setor bancário ser um dos mais lucrativos e o que mais cresceu com a especulação contra o real, em 1999. O Itaú encontra-se entre os primeiros da lista. Em 1999, lucrou R\$ 1,95 bilhão, mais que o dobro do lucro registrado em 1998. No ano 2000, R\$ 1,7 bilhão, e para 2001 projeta um lucro de mais de R\$ 2 bilhões.

Funcionários do Banrisul aprovam campanha

Nas assembleias realizadas em abril, os funcionários do Banrisul aprovaram a seguinte pauta de reivindicações para a campanha salarial 2001:

- Apoio público da diretoria do Banrisul em ações conjuntas com o movimento sindical, visando aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que submete qualquer alteração do controle acionário do Banrisul à realização de um plebiscito.
- Reposição salarial de 6,6% - mais diferenças relativas aos acordos coletivos nacionais de 1999 e 2000.
- Criação imediata de uma comissão paritária para elaborar proposta de novo quadro de carreira a ser submetida à assembleia geral da categoria e, uma vez aprovada, ser implementada o mais rápido possível. Manutenção do valor referente à gratificação e abono de caixa aos colegas que saíram da função de caixa para trabalhar como operadores de negócios, até a definição e implementação do novo quadro de carreira.
- Montar calendário para discutir controle da jornada, condições, democracia e saúde nas relações de trabalho Cabergs, Fundação e nos Planos Complementares de Aposentadoria da Fundação, sem ampla discussão com a representação dos beneficiários.
- Realização, na maior brevidade possível, de concurso público, conforme, inclusive, deliberação do planejamento participativo 2000.

Relatório do TCU confirma desvio de recursos da Seguridade Social

Em atenção à solicitação do deputado Paulo Paim (PT/RS), feita em novembro de 2000, o Tribunal de Contas da União - TCU - divulgou um relatório preliminar, onde confirma a existência de superávit nas contas da seguridade social. Estão em questão R\$ 28 bilhões, desviados para cobrir gastos em outros setores do governo.

O relatório não deixa dúvidas quanto ao superávit. O documento afirma que em 1997, por

exemplo, "a arrecadação da seguridade social foi de R\$ 77,9 bilhões, dos quais foram alocados para benefícios previdenciários, saúde e outras despesas apenas R\$ 71 bilhões.

O Tesouro teria se apropriado, portanto, da diferença de R\$ 6,9 bilhões. Para o deputado Paulo Paim, "o levantamento preliminar do TCU demonstra claramente o desvio de recursos, que devem ser unicamente destinados para a seguridade social."

Sindicato entra com ação coletiva contra Decreto 3.721

O Sindicato dos Bancários entrou com um mandado de segurança coletivo contra o Decreto 3.721, de 09/01/01, que aumenta a idade mínima para a concessão de aposentadoria aos beneficiários dos fundos de pensão, não respeitando o direito assegurado aos inscritos nos planos de benefícios antes de 23 de janeiro de 1978.

A ação coletiva atinge todos os bancários sindicalizados do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banespa e Banrisul da região de abrangência do nosso Sindicato. A decisão de entrar com esta ação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia quatro de maio. A ação segue a proposta do escritório de advocacia do Dr. Luis Antônio Castagna Maia, apresentada à Federação dos Bancários RS.

Santander manipula PDV

Os funcionários do Santander estão numa situação delicada. O banco segue uma administração do tipo colonialista, que escraviza funcionários e tenta arrancar o máximo de lucro dos clientes e da sociedade para remeter aos seus acionistas na Espanha. O banco não respeita o acordo coletivo, nem a legislação trabalhista. Horas extras não es-

tão sendo pagas e metas absurdas foram estipuladas, de modo que aqueles que não conseguem cumpri-las estão sendo empurrados para fora do bando.

Para quem adere ao PDV, a situação também é difícil. O Santander está autorizando o crédito de demissões sem que o funcionário tenha feito o exame médico demissional. Com isso, os bancários que não são

liberados pelos médicos não recebem o salário do mês e também não podem usar o dinheiro da rescisão. Além disso, tanto o Santander como o Banespa estão exigindo termo de transação e quitação nas homologações do PDV. O departamento jurídico do Seeb Caxias do Sul está estudando a possibilidade de uma medida cautelar para coibir os abusos.

Mobilização mundial contra o banco espanhol

No final de junho, entre 25 e 29, haverá a "Semana Mundial de Luta no Santander", promovida pela Coordenação Ibero-Americana do grupo BSCH. Um documento será entregue à organização Internacional do Trabalho, denunciando o excesso da jornada de trabalho, o desrespeito às leis trabalhistas e a discriminação feita pelo grupo espanhol na América Latina. No dia 26 de junho, as direções do banco de cada um dos países vai receber um protocolo de conduta, no qual os trabalhadores vão pedir que o Santander respeite a legislação trabalhista e que reconheça o sindicato como representação dos bancários.

O seminário internacional, que ocorreu na Espanha, contou com uma representação de 12 bancários do Brasil, representantes da CNB/CUT. Na ocasião, foram aprovadas as seguintes bandeiras de luta: manutenção do emprego, jornada de trabalho, igualdade de oportunidades, formação profissional, saúde e previdência. A Coordenação Ibero-Americana, que vai liderar a luta contra o Santander, é formada pela Argentina, Brasil, Chile, Espanha, México, Paraguai e Uruguai.

Funcionários do Itáu iniciam campanha pelo pagamento correto da PLR

Em negociação com a Comissão de Empresa, no dia quatro maio, a direção do Itáu insistiu que pagou corretamente a Participação nos Lucros e Resultados aos bancários. Os dirigentes sindicais rebateram a afirmação dos banqueiros, alegando que o banco não revelou o mon-

tante da folha de pagamento. Diante da indiferença da direção do Itáu, a Comissão decidiu lançar uma campanha nacional pelo pagamento correto da PLR de 2000.

Cerca de 60% dos funcionários do banco não receberam o benefício da forma devida. Apenas os que ganham

até R\$ 1.200 receberam corretamente.

Está sendo elaborado um jornal nacional com denúncias a respeito do descaso do Itáu, que lucrou R\$ 625 milhões no primeiro trimestre deste ano e não quer pagar a PLR dos funcionários adequadamente.

Invista na luta por melhores salários e condições de trabalho

"Quem não investe em si próprio perde o direito de reclamar dos outros não investirem em sua pessoa. A primeira pessoa que deve investir em nós, somos nós próprios. Faça um exame de consciência e veja qual foi a última vez que você tirou de seu orçamento ou de seu tempo livre, dinheiro e tempo para investir na sua própria formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento." Quem afirma é J. C. Benvenuti, que esteve proferindo palestra em Caxias do Sul, no dia 15 de maio, evento no qual alguns diretores do nosso sindicato estiveram presentes. Os princípios de Benvenuti, que veio falar sobre competitividade, se aplicam também à luta sindical. Junte-se a nós, sindicalize-se, participe, pois só se faz um sindicato forte com a verdadeira participação de seus sindicalizados.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filial à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.
Sede: Rua Borges de Medeiros, 676 - Caxias do Sul - RS - 95020-310
Fones: (054) 223.2166 / 223.3119 - Fax (054) 221.6747
Correio Eletrônico: seebcx@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Abertura de capital esconde proposta de privatização da Nossa Caixa Nosso Banco

O presidente da Nossa Caixa Nosso Banco, Geraldo Gardenali, anunciou em 17 de maio a abertura de capital do banco. O projeto prevê a venda de 49% das ações, bem como a criação de empresas satélites para gerir setores, como por exemplo leasing, cartão e seguros, dentre outros.

A Nossa Caixa Nosso Banco é uma sociedade anônima de capital fechado, com 99% das ações em poder do Tesouro paulista e que ocupa a 13ª posição no ranking do sistema bancário nacional, com ativos de R\$

18,476 bilhões no balanço anual de dezembro passado

Para a Uscesp, se trata de uma privatização disfarçada. "Além da venda de elevado percentual das ações, várias carteiras do banco passariam a ser geridas pelas tais parcerias estratégicas. O grande problema é que essas empresas, como pudemos verificar inicialmente, são constituídas predominante por outros bancos, cuja maior preocupação é com o lucro", avisa Elias Maalouf, diretor da FETEC e presidente da Uscesp.

Abuso no Bradesco

Demissões em massa, filas longas, falta de segurança e de zelo para com o sigilo bancário. O Bradesco está passando dos limites em nome do lucro. Nos últimos três meses, realizou cerca de duas mil demissões, segundo o Seeb São Paulo, que levou a denúncia sobre os abusos do Bradesco à câmara dos vereadores da capital paulista.

Para se ter uma idéia, em 1989, o banco empregava 104 mil bancários. Hoje, tem pouco mais de 48 mil funcionários. E as demissões continuam, prejudicando não apenas os bancários, como os clientes de um modo geral. O banco está terceirizando o auto-depósito nas agências, trocando bancários por prestadores de serviços subcontratados com salários menores e direitos trabalhistas rebaixados. A prática coloca os clientes sob risco de quebra de sigilo bancário, uma vez que as empresas terceirizadas têm amplo acesso às movimentações financeiras. Além disso, o maior banco privado nacional não investe em segurança. No ano passado foi campeão em multas, tendo recebido 45 autuações por não ter equipamentos básicos de segurança.

A exploração de funcionários e clientes, no entanto, tem dado bons lucros à instituição. No primeiro trimestre deste ano, lucrou R\$ 420 milhões, sendo que o lucro projetado para 2001 é de R\$ 2 bilhões. Mesmo assim, o banco nega a concessão de auxílio-educação, dando mais uma prova de que os funcionários valem muito pouco para a empresa.

Os lucros do Bradesco:

Ano	Lucro líquido
1996	R\$ 824,5 milhões
1997	R\$ 830,5 milhões
1998	R\$ 1.012 bilhão
1999	R\$ 1,10 bilhão
2000	R\$ 1,74 bilhão
2001 (*)	R\$ 420 milhões (*)

(*) Referente ao primeiro trimestre do ano.

Sindicato participa de encontro da Contec

Nosso sindicato estará representado por dois dirigentes sindicais no XXX Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Bancários e Securitários, organizado pela Contec. O encontro acontece nos dias 14, 15, 16 e 17 de junho de 2001, em Salvador, BA, e discutirá os seguintes temas: estrutura e organização sindicais e sistema financeiro; avaliação da campanha salarial 2000; e organização da campanha deste ano, com aprovação da pauta de reivindicações para 2001.

Medida judicial proíbe novos contratos com empresas terceirizadas na CEF

A decisão judicial é válida para todos os estados brasileiros e qualquer irregularidade deve ser denunciada

A Caixa Econômica Federal não pode fazer novas contratações de trabalhadores terceirizados e nem renovar os contratos em vigor, conforme o despacho do juiz Alexandre de Azevedo Silva, da 10ª Região do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Distrito Federal. É importante que todos os funcionários fiscalizem a aplicação desta medida judicial, denunciando casos de renovação de contratos ou aqueles firmados posteriormente à concessão da liminar (maio de 2001). Caso a

Caixa não cumpra a decisão do juiz, terá de pagar multas e poderá ser enquadrada em crime de desobediência.

A decisão, válida para todo o país, é fruto de uma ação civil pública, com pedido de liminar, movida pelo Ministério Público do Trabalho, após o recebimento de inúmeras denúncias de que o banco está se valendo de terceiros para realizar serviços tipicamente bancários.

A lista é extensa e vai desde a autenticação de documentos; manuseio de numerários e

depósitos; serviços de digitação; acertos em terminal/micro via programa de entrada de dados dos erros de digitação; conferência de relatórios e/ou documentos; controle/transmissão de dados em microcomputadores, terminais de processamento e equipamentos processadores de documentos e/ou relatórios, preparo e conferência de documentos, até emissão de relatórios.

A análise dos contratos com as empresas terceirizadas deixou claro que não se trata de transferência de serviço, mas de

fornecimento de empregados, o que contraria o enunciado 331 do TST e o artigo 9º da CLT. Na avaliação do Ministério Público, além de contrariar os dispositivos legais, a terceirização prejudica os bancários e também os trabalhadores terceirizados, que desempenham as atividades dos empregados eletivos sem, no entanto, terem direito as mesmas garantias trabalhistas. O Ministério Público destaca ainda a exposição aos perigos no ambiente de trabalho e o desrespeito à própria

sociedade, uma vez que a prática desrespeita o princípio do concurso público e coloca em risco o sigilo bancário.

REB - De forma antidemocrática, a Funcef quer convencer os empregados a optarem pelo REB, que visa apenas avançar o processo de privatização da Caixa. A Funcef pretende investir em marketing para garantir a aceitação do novo plano de benefícios. Não vamos deixar que nos enganem. Vamos dizer não ao REB!

Fundo de pensão do Banrisul é tema de palestras no Sindicato

Mais de 80 funcionários do Banrisul estiveram no encontro

sobre aposentadoria e fundo de pensão do banco, realizado no

final da tarde do dia 25 de abril, no auditório do Sindicato. O encontro contou com a presença de um representante da Federação dos Bancários RS, de Robson Fernandes, da Fundação Banrisul, do advogado Fábio Barbosa e da psicóloga Rosa Veronese. Eles esclareceram dúvidas sobre o fundo de pensão do banco, bem como sobre os aspectos jurídicos e psicológicos da aposentadoria.

Para mais informações ligue (51) 210.9801.



Banrisulenses tiveram oportunidade de esclarecer suas dúvidas sobre a aposentadoria



Seminário da Cassi reúne 200 participantes

Nos dias 22 e 23 de maio, aproximadamente 200 associados estiveram reunidos em Brasília para participar do Seminário da Cassi. O evento possibilitou a disseminação da proposta do modelo assistencial e a discussão sobre o processo da reforma estatutária.

Para a presidente do Conselho Deliberativo da Cassi, Maria das Graças Machado, o seminário marca a conclusão de uma importante etapa do processo de reforma estatutária: "agora vamos avançar e levar

a proposta para a apreciação do patrocinador Banco do Brasil". O diretor superintendente da Cassi João Alfredo Leite Miranda considera a ampliação das discussões sobre o modelo assistencial proposto de grande

importância, como forma de preparar os associados para votar o novo texto estatutário: "o objetivo é levar uma alternativa que traga uma melhor assistência à saúde do funcionário e sua família".

Novos convênios do nosso Sindicato

Simone Dinnebier (Psicóloga)

Rua Theobaldo Fleck, 30, sala 4 - Gramado - Fone: 286 43 06

Clube Riog. de Hotéis, Lazer e Turismo (CRTUR)

Av. Júlio de Castilhos, 1036 - Caxias do Sul - Fone 222 1920

BB: começa negociação sobre PLR

Nos dias 29 e 30 de maio, a Comissão de Empresa do Banco do Brasil e a direção do banco reúnem-se para que cada uma das partes apresente seus entendimentos sobre os programas de PLR existentes, o mecanismo praticado pelo banco e as suas expectativas nas negociações. A proposta partiu da Comissão de Empresa, que colocou como horizonte o mês de junho para o fechamento da questão.

A forma como a PLR tem sido praticada no banco tem gerado demonstrações de descontentamento por parte dos funcionários, a cada seis meses. Uma realidade que nem os próprios negociadores do banco negam, já que o programa aplicado é discriminatório e injusto, premiando, principalmente, os executivos do banco, com o objetivo de resolver a defasagem salarial. No entanto, a contenção de salários não está apenas nos níveis superiores, mas sim em toda a pirâmide da empresa, situação que, para ser resolvida, necessitará de correção para todos os níveis.

Este, portanto, é o momento para discutir a PLR e, desde já, envolver todos os funcionários na próxima campanha salarial. Vamos dizer não aos abonos e reivindicar o descongelamento dos salários!

Responda a enquete do Garef

O Programa Espontâneo e Provisório de Participação nos Lucros e Resultados (PEP/PRL) do Banco do Brasil é formado por dois módulos: a Participação nos Lucros (PL), destinado aos executivos da empresa, e a Participação nos Resultados (PR), destinado aos demais funcionários.

Nas empresas estatais federais, a participação nos lucros é regulamentada por resolução do Ministério da Fazenda, que fixa o teto de distribuição em 25% do valor distribuído aos acionistas na forma de dividendos.

No último semestre, o banco destinou ao programa R\$ 37 milhões, ou 6,33% do lucro líquido. Na rede privada e em alguns bancos estaduais, a PLR é regulamentada através da Convenção Coletiva de Trabalho: os bancários recebem 80% do salário mais R\$ 450,00, pagos em duas vezes, com teto de R\$ 3,5 mil. O montante a ser distribuído por banco deve estar sempre, no mínimo, entre 5% e 15% de seu lucro líquido.

Você considera que ao atual Programa de PLR do BB atinge o objetivo de comprometer os funcionários com a estratégia da empresa, tendo em troca um retorno salarial?

() Sim () Não () Em Termos

Responda pela Internet na página do Garef: www.garef.com.br

APAGÃO

“Uma crise anunciada, programada e planejada”

Embora o presidente Fernando Henrique tenha tentado atribuir os apagões à falta de chuvas, o governo é o único culpado pela crise do setor energético e suas consequências nefastas para o país



“Essa crise não é só anunciada, como, de uma certa maneira, programada e planejada”. A afirmação foi feita pelo professor Ildo Sauer, do Departamento de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo, em entrevista à revista Carta Capital. “Mais do que chuva, faltou política e ação na área de energia no Brasil na última década”.

Segundo ele, o problema foi gerado pela falta de investimentos em geração e transmissão. De 1994 para cá, foram retirados dos reservatórios das usinas mais água do que entrou com as chuvas. Entre 1991 e 2001, a taxa de crescimento do consumo foi de 4,1%, ao ano, enquanto a oferta cresceu 3,3% ao ano, em média, gerando uma defasagem acumulada superior a 10% na década.

O problema, diz Sauer, está na política ou na ausência dela. “Quando começou a privatizar, o governo inibiu investimentos das estatais do setor que tinham capacidade de aumentar a oferta de energia. Negou-lhes, inclusive, acesso a financiamentos do BNDES, disponibilizado, porém, a grupos estrangeiros. Esperava-se que a iniciativa privada cuidasse de tudo.

Mas ela não apareceu, reclamando por regras mais claras, mais garantias e privilégios no repasse de riscos aos consumidores, especialmente quando o governo sinalizou com a venda das usinas já existentes, com financiamento a preços inferiores aos custos dos novos projetos.

Para Sauer, dificilmente sairemos do

quadro de escassez num prazo curto. “Temos no horizonte um quadro crítico que não deve se resolver ao final do período de secas deste ano. Há uma grande probabilidade de que se propague por 2002, até porque a recuperação do nível dos reservatórios é uma operação complexa”.

Já, as tarifas estão subindo há tempo. De 1995 para cá, as tarifas residenciais subiram 67% acima da inflação medida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP (Fipe). Nos setores comerciais e industriais, esse aumento real ficou em 20%. O resultado será menos crescimento da economia e menos empregos. Ao contrário do que prometiam os defensores da privatização do setor de energia, que acenavam com melhor qualidade, expansão do sistema, eficiência e preços mais baixos. “Os custos não diminuíram e estão aumentando. Estamos na iminência de um brutal desabastecimento, jamais imaginado há dez anos. A única conclusão possível é que o

modelo fracassou,” avalia Sauer.

Apagão traz novo risco operacional para os bancos

Uma figura nova, recém incorporada ao Acordo da Basiléia, que prevê a possibilidade de perdas por outras razões que não sejam riscos de crédito ou de mercado - desde falhas de computadores até fraudes deliberadas - faz do apagão um tremendo risco operacional para o sistema financeiro.

“Há cerca de 15 mil agências bancárias espalhadas pelo Brasil, sendo que a grande maioria, inclusive as maiores, não está equipada com geradores”, disse o consultor Carlos Daniel Coradi ao jornal Gazeta Mercantil. Na atualização do acordo que estabelece um novo padrão bancário global, o Comitê da Basiléia introduziu o risco operacional, definido-o como “o risco de perdas diretas ou indiretas decorrentes de falhas ou inadequação de processos internos e pessoas ou de eventos externos”.

Racionamento de energia pode mudar horário bancário

Os banqueiros planejam mudar o horário de funcionamento dos bancos, que passaria a ser das 8h às 14h, devido ao racionamento de energia proposto pelo governo. Até mesmo os terminais de auto-atendimento sofreriam alterações. A presidente da CNB Fernanda Carísio alegou que o racionamento irá cortar muitos postos de trabalho na categoria bancária. Ao contrário desta iniciativa, a CNB sempre defendeu a ampliação do horário de atendimento bancário.

Trabalhadores intensificam a luta contra corrupção

FHC aproveitou-se do episódio do Apagão, que caracteriza a crise energética brasileira, para desviar as atenções e tentar impedir a pressão da sociedade pela instalação da CPI da corrupção. No entanto, a resistência dos movimentos sindical, popular e sociais continua. Além da CPI, a luta defende os direitos dos trabalhadores e contraria as privatizações causada pela política neoliberal de FHC. Para fortalecer as mobilizações, no próximo dia 8 de junho, a CUT e sindicatos filiados promove o ato contra a corrupção/apagão, contra as privatizações e pelo Fora FHC e FMI, às 17h, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre.

Confira e anote o nome dos 20 deputados que retiraram suas assinaturas do requerimento que criava a CPI da Corrupção na noite de 11 de maio, colaborando com o esquema montado pelo governo FHC para impedir a CPI:

Augusto Nardes (PPB/RS)
Ariston Andrade (PFL/BA)
Cornélio Ribeiro (PSB/RJ)
Dino Fernandes (PSDB/RJ)
Eujácio Simões (PL/BA)
José Aleksandro (PSL/AC)
José Eduardo Dado (PMDB/SP)
José Egydio (PL/RJ)
José Índio (PMDB/SP)
Josué Bengtson (PTB/PA)
Luciano Bivar (PST/PE)
Luiz Moreira (PFL/BA)
Luisinho (PST/RJ)
Oliveira Filho (PL/PR)
Osvaldo Biolchi (PMDB/RS)
Osvaldo Reis (PMDB/TO)
Paulo Magalhães (PFL/BA)
Paulo Marinho (PFL/MA)
Robério Araújo (PL/RR)
Ursicino Queiroz (PFL/BA)

65 ANOS

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 17 - Nº 100 - JUNHO/2001

FILIADO À  BRASIL

Governo prepara privatização dos bancos federais

Operação de saneamento soma R\$ 102 bi. FHC nega a privatização, da mesma forma como aconteceu com os bancos públicos estaduais, que consumiram R\$ 58 bilhões dos cofres públicos, para, mais tarde, serem entregues à iniciativa privada

A megaoperação, anunciada no dia 23, envolve o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. Créditos de difícil recebimento, subsídios embutidos nas operações de crédito e dívidas em títulos foram transferidos para o Tesouro Nacional, que emitirá R\$ 12,5 bilhões em títulos para capitalizar as instituições, principalmente a CEF, e outros R\$ 29 bilhões de títulos da dívida pública, para trocar por outras dívidas, créditos bancários e para capitalização dos bancos federais. No total, a operação soma R\$ 102,9 bilhões, mas o impacto imediato, ou o custo sobre a dívida pública será de R\$ 12,5 bilhões, o que representa 1% do PIB.

A operação segue a mesma fórmula já empregada no Proer, programa criado em 1996 para socorrer bancos privados, e no saneamento dos bancos públicos estaduais. Ou seja, o governo assume a parte podre para que a parte boa possa ser vendida. Nesse caso, tanto o presidente FHC como seu ministro Malan não se cansam de repetir que nenhum dos bancos será vendido. Na CEF, a diretoria chegou a distribuir um panfleto aos empregados, acusando os sindicalistas de "atentar contra a verdade", quando afirmam que a reestruturação é o caminho para a privatização. O mesmo panfleto diz que "o presidente Fernando Henrique Cardoso

afirmou, mais uma vez, que não haverá em seu governo a privatização da Caixa". Infelizmente, o exemplo dos bancos estaduais mostra o contrário, e, depois de entregar setores estratégicos da nossa economia como o das telecomunicações e da energia, inibir a CPI que investigaria a corrupção que circunda seu governo, fingir que nada sabia sobre a crise energética e outros tantos descabros, a palavra de FHC não está valendo muito.

Na CEF, socorro vem acompanhado de Plano de Demissão Voluntária

Na CEF, a reestruturação implica na criação de uma empresa não financeira, a Amgea - Empresa Gestora de Ativos, que administrará R\$ 27 bilhões em empréstimos que estão com a instituição. A nova empresa absorverá milhares de contratos - basicamente financiamentos habitacionais, saneamentos de longo prazo e juros subsidiados, abrindo as portas para a saída em massa dos empregados da CEF. O presidente Emilio Carazzai já anunciou para a imprensa que a reestruturação será seguida por um PDV.

Com a reestruturação, também haverá mudança nas regras do financiamento da casa própria, tornando mais caro o empréstimo. Além disso, haverá maior rigor na avaliação de risco das operações de crédito imobiliário para a classe média.

Cada mutuário receberá um rótulo com sua avaliação de risco (se é bom ou mau pagador). Os juros e encargos pagos vão variar de acordo com a análise, e o rótulo será revisto anualmente.

BB: sem recursos para capitalização

No BB, a operação de ajuste não vai envolver injeção de capital, já que o banco recebeu R\$ 8 bilhões há cinco anos. Mas, vai haver retirada de risco das operações de crédito agrícola e permissão para inclusão dos recursos dos fundos constitucionais como capital. As medidas para adequar o patrimônio do BB às regras internacionais envolverão cerca de R\$ 20 bilhões. A principal medida é a transferência do risco de R\$ 5,2 bilhões em créditos rurais para o Tesouro Nacional. Na mesma linha, o Tesouro vai adquirir do banco outros R\$ 4,1 bilhões em créditos agrícolas em troca de títulos públicos. Estes créditos são relacionados a dívidas de agricultores acima de R\$ 200 mil. O BB também vai trocar com o Tesouro títulos da dívida externa, renegociada em 1994, por títulos da dívida interna, no valor de R\$ 7,2 bilhões.

Em relação à gestão corporativa, a boa notícia se limita ao altíssimo escalão. O presidente do BB Eduardo Guimarães disse que o número de diretores passará de 7 para 24, em



Banco do Brasil não receberá recursos para capitalização



Na Caixa, reestruturação vem acompanhada de um PDV

meados de julho. Já, os funcionários, pelo menos da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do banco, não ficarão mais ligados ao BB, segundo Guimarães, "para que a gestão seja mais independente".

BASA e BNB: aporte de R\$ 3,4 bi

O socorro ao Basa e ao

BNB exigirá aporte de R\$ 3,4 bilhões do Tesouro Nacional.

O governo enviará ao Congresso projeto de lei com proposta de crédito orçamentário para capitalização das instituições.

Os bancos ficarão desobrigados de assumir o risco de operações contratadas até dezembro de 1998 com recursos de fundos constitucionais.

Sindicato ganha liminar em favor dos banespianos

Nosso Sindicato obteve liminar garantindo a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Banesprev inscritos antes de 23 de janeiro de 1978, conforme as regras válidas por ocasião da inscrição. O resultado é fruto da ação coletiva contra o Decreto 3.721, de 09/01/01, que aumenta a idade mínima para a concessão de aposentadoria aos beneficiários dos fundos de pensão. Para maiores informações, consulte o Sindicato.

SINDICATO ADOTA NOVOS HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:

SEDE: 8:00h às 17:30h

DENTISTA: 9:00h às 10:30h e 13:30h às 16:30h

Autoritarismo do Santander gera audiência pública sobre as privatizações

As privatizações e a precarização das relações de trabalho foram temas da audiência pública, realizada no dia 20 de junho, na Assembleia Legislativa do RS, pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, presidida pelo deputado Padre Roque Graziottin (PT). Os parlamentares convocaram a audiência depois de receberem o dossiê "Santander inimigo do Brasil", elaborado pelos bancários. Trata-se de uma série de denúncias contra a política desumana do banco espanhol, que depois de abocanhar o Meridional e o Banespa promoveu uma enxurrada de demissões e ataques aos funcionários.

Durante a atividade, o juiz do trabalho Luiz Felipe Ledur denunciou a fraude eleitoral das privatizações e defendeu a realização de um plebiscito para a sociedade decidir sobre o futuro das empresas estatais. Os bancários enfatizaram aos parlamentares as consequências das privatizações para a categoria, que provoca demissões, terceirizações, substituição de bancários por estagiários, desrespeito à jornada de trabalho, retirada de direitos e doenças ocupacionais.

O banco espanhol foi citado como colonialista e um dos responsáveis pela desnacionalização do sistema financeiro. Desde que o Santander domi-

nou o controle do Banespa e Meridional, a situação é de caos: elitização no atendimento, filas, juros altos, tarifas abusivas e carência de funcionários entre outros problemas.

A chefe de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego (DRTE) Helena Andrade destacou as irregularidades identificadas nas vistas feitas nos bancos e empresas privatizadas. Segundo ela, tem banco estrangeiro que obriga os funcionários a trabalhar até 14 horas e "isso é trabalho escravo".

A audiência teve ainda a participação de representantes da DRTE, Ministério Público do Trabalho e entidades represen-

tativas dos bancários. Ao final, a Comissão comprometeu-se em encaminhar as propostas discutidas, entre elas, a suspensão das privatizações.

Semana Mundial de Luta

Começou na segunda-feira, dia 25 de junho, a Semana Mundial de Luta dos Trabalhadores do BSCH, que se estende até sexta, dia 29, com o objetivo de mostrar a verdadeira face do banco espanhol.

A idéia é chamar a atenção dos povos dos diversos países onde o Santander atua, sobre o desrespeito do banco à legislação local, trabalhista e o descaso para com as entidades sindi-

cais. Na terça-feira, a coordenação dos trabalhadores do grupo entregou um dossiê relatando a má conduta do Santander não só em relação aos funcionários, mas também aos clientes e à sociedade em geral. O dossiê foi entregue em consulados e embaixadas da Espanha localizados no Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, México e Peru.

No Brasil, os representantes dos bancários engrossarão a Marcha a Brasília, no dia 27, aproveitando para realizar um ato em frente à embaixada espanhola.

A Semana Mundial de Luta encerra-se com paralisações nos diversos países americanos.

Estrangeiros já controlam 40% dos bancos da América Latina

A participação de instituições estrangeiras no setor bancário da América Latina saltou de 10%, na metade dos anos 90, para 40%, em 2000. A abertura, cada vez maior, da América Latina e também da Europa Central, às instituições financeiras estrangeiras, pode comprometer o crédito às pequenas e médias empresas e ao setor público locais. O alerta consta no relatório anual do Banco de Compensações Internacionais (BIS), divulgado em 11 de junho, na Basileia, Suíça.

Para o BIS, que funciona

como o Banco Central dos bancos centrais, os estabelecimentos estrangeiros parecem menos inclinados a fornecer crédito às pequenas e médias empresas e ao setor público locais. Existe uma "reticência aparente" destes estabelecimentos, que se explicaria pelos riscos e garantias insuficientes, segundo consta em matéria do jornal *Gazeta Mercantil* sobre o assunto, publicada no dia 12 de junho. O BIS observa ainda que as privatizações provocaram o fechamento de numerosas sucursais, cujos responsáveis tinham

um bom conhecimento da clientela local. Na avaliação da instituição, os bancos latino-americanos, em resposta à intensificação da concorrência, são levados a "maior prudência" na concessão de créditos. O relatório do BIS mostra que o crédito bancário contraiu-se em termos reais no Chile e na Venezuela, no ano passado. Para o futuro, prevê maior vulnerabilidade para os bancos pequenos e médios - que calcula serem 300 na Argentina, Brasil e México, sendo que no Peru, já faliram vários.

Contec define eixos da campanha 2000/2001

Os diretores do nosso Sindicato, Pedro Incerti e Edmundo Brandão, participaram do XXX Encontro da Contec



Reajuste pelo índice do IGPM (11,05%, em maio), combate à terceirização, pagamento da bolsa de estudo para curso superior, e pauta única para BB, CEF e Fenaban, respeitando as particularidades e cláusulas específicas de acordos anteriores. Estes foram os eixos de luta definidos durante o XXX Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Bancários e Securitários, realizado no período de 14 a 17 de junho, em Salvador, Bahia.

O encontro organizado pela Contec reuniu mais de 500 dirigentes sindicais de todo o país. Os diretores do nosso Sindicato Pedro Incerti e Edmundo Brandão participaram do encontro e aproveitaram a oportunidade para agendar palestras

para os bancários de Caxias do Sul e região. A diretora de relações funcionais da ANABB Cecília Mendes Garces Siqueira virá a Caxias para falar sobre assuntos de interesse dos funcionários da ativa e aposentados. Eles também iniciaram negociações com o diretor da Cassi José Diniz de Oliveira, com o objetivo de trazer representantes da Cassi à cidade para falar sobre a alteração estatutária e a situação financeira da entidade. O encontro serviu ainda para acertar a participação de Brandão na elaboração das minutas da campanha salarial 2000/2001, que acontece nos dias 28 e 29 de junho, em Brasília, e sua provável participação na mesa de negociação do BB.

Bancários paralisam agências do HSBC

O dia 12 de junho foi marcado por mobilizações em agências do HSBC de todo o país. Em Porto Alegre, a paralisação aconteceu na agência Farrapos, até o meio dia. Os manifestantes protestaram contra as irregularidades cometidas pelo banco e distribuíram uma carta aberta à população, denunciando

do o banco que "escuta" você. O documento traz a repercussão da atitude ditadora do HSBC, que espionava dirigentes sindicais e seus familiares, funcionários e clientes através do grampo telefônico. O escândalo foi denunciado em CPI, no Paraná. Além de espionar e perseguir sindicalistas, o HSBC

cobra altas tarifas, demite e explora trabalhadores, desrespeita as leis de segurança, das filas, do horário bancário e de defesa do consumidor. Em Pelotas, os bancários também fizeram panfletagem e distribuíram carta aberta à população, denunciando o caso dos grampos.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.
Sede: Rua Borges de Medeiros, 676 - Caxias do Sul - RS - 95020-310
Fones: (054) 223.2166 / 223.3119 - Fax (054) 221.6747
Correio Eletrônico: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Novos convênios do nosso Sindicato

Physis Fisioterapia Ltda.

Rua Garibaldi, 476, sala 602 - Fone 202 2101

InfoMagic Sistemas e Computação Gráfica Ltda.

Conjunto Comercial Alvorada, 3º andar, sala 7019 - Fone 223 3100

Universidade de Yôga do Brasil

Rua Bento Gonçalves, 2302, sala 302 - Fone 223 9998

Trabalhadores têm prejuízo de até 32,67% na reposição das perdas dos planos Verão e Collor 1

A partir da promulgação da lei, marcada para o dia 29, os valores a serem pagos serão corrigidos apenas pela TR, que tem rendido em torno de 2% ao ano. Comparado com o rendimento do FGTS (TR mais 3% de juros anuais), quem tem direito a receber mais de R\$ 8 mil pode amargar um prejuízo de 32,67%.

Todos os que têm mais de R\$ 3 mil a receber terão perdas significativas. Para a CUT, "é uma forma de confisco". A adesão ao plano do governo só é vantajosa para as pessoas que têm até R\$ 2 mil a receber. "Acima disso, já pode ser vantajoso recorrer à Justiça", afirma o presidente da CUT João Felício.

Pela decisão do Superior Tribunal Federal, os saldos das contas do FGTS de janeiro de 1989 (Plano Verão) e de março de 1990 (Plano Collor) deveriam ser corrigidos em 68,9%. O projeto do governo - aprovado no dia 20 de junho pelo Senado, prevê o pagamento escalonado a partir de junho do próximo ano até 2007.

As pessoas com direito a até R\$ 1 mil de correção receberão o crédito em junho do próximo ano. De acordo com os cálculos do Instituto FGTS Fácil, publicados no Jornal do Brasil, elas perderão 3% de juros nesse período. Entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, a perda sobe para 4,54%. O maior prejuízo, no entanto, são para os valores acima de R\$ 2 mil, que, além de perderem os juros, ainda rece-

berão o valor com desconto. Entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil, haverá deságio de 8% e o pagamento será feito em parcelas semestrais, durante três anos e meio. Ao final desse período, o trabalhador terá perdido 18,91% de juros e deságio.

A perda chega a 27,93% para quem tem entre R\$ 5 mil e R\$ 8 mil, porque o valor será pago com desconto de 12% e os juros corresponderiam a 15,93%. Os valores acima de R\$ 8 mil perderão 32,67% ao final de cinco anos e meio de pagamento. São 17,67% de juros não pagos mais 15% de deságio.

Segundo Felício, a CUT vai orientar as pessoas que têm valores mais baixos a receber a aderirem ao plano do governo.

BB amplia atendimento terceirizado: risco para bancários e clientes

O Banco do Brasil está ampliando o número de postos de atendimento em supermercados e outras estabelecimentos do setor privado. A parceria com o grupo Sendas, que tem exclusividade para atuar em nome do BB no Rio de Janeiro, rendeu 84 novos postos em apenas um mês.

Um novo acordo, em andamento com o grupo Pão de Açúcar, deverá atingir vários estados brasileiros - o grupo possui 416 lojas em 11 estados, sendo que, em São Paulo, quatro lojas já estão funcionando como piloto.

"Estamos avaliando a possibilidade de novas parcerias com outras 22 empresas entre supermercados e drogarias", declara

o gerente executivo da unidade de distribuição do BB, Sérgio Reis, ao jornal Gazeta Mercantil. A idéia é transferir o recebimento de contas como água, luz, telefone, impostos e bloquetes de cobrança para estes estabelecimentos.

O correspondente bancário foi criado pelo Banco Central em agosto de 1999. Trata-se de uma fórmula de baixo custo, que serve bem à sede de lucro dos bancos, mas que ameaça a categoria bancária e coloca em risco a segurança das operações, realizadas por pessoas que não estão acostumadas com o serviço bancário, em locais não apropriados para esta atividade, onde os critérios de segurança são diferenciados.

Sindicato promove palestra com diretor da Previ



Palestra sobre Realidade e Perspectivas da Previ leva funcionalismo do BB ao Sindicato

A realidade e as perspectivas para os fundos de pensão, a situação da Previ - o fundo de pensão do Banco do Brasil, as aposentadorias pelo INSS, os mitos e as verdades sobre o "Pai 45" foram os temas do encontro promovido pelo Sindicato

na noite de 01 de junho, para os bancários do Banco do Brasil. A presença do funcionalismo no auditório da nossa sede revelou o interesse pelos temas abordados. Henrique Pizolatto, diretor de Seguridade da Previ, e Paulo Trapp, do Conselho De-

liberativo, esclareceram dúvidas sobre a situação da Previ com as mudanças oriundas do decreto 3.721 e sobre o "Pai 45", enquanto Iracema Bampi, do INSS, explanou a questão do fator previdenciário nas aposentadorias pelo INSS

Bradesco burla exames demissionais

Segundo a NR7, caso o trabalhador seja demitido e o seu exame periódico esteja dentro do prazo de validade de 135 dias, fica dispensado o exame demissional. O Bradesco vale-se desta norma para favorecer demissões, realizando os exames periódicos em prazo inferior.

Os exames são superficiais e os médicos limitam-se a verificar a pressão arterial. Assim, os trabalhadores, inclusive portadores de LER/Dort, vêm recebendo o laudo de aptidão e, em seguida, são demitidos. Vários bancários, portadores de LER/Dort são, posteriormente, reintegrados ao trabalho por decisão judicial, já que a CLT determina a realização de todos os exames - admissional, periódico, retorno ao trabalho e demissional -, sendo que um não pode substituir o outro.

Mas, o alvo das demissões no Bradesco não atinge ape-

nas os lesionados. A maior parte dos demitidos tem mais de 10 anos de serviço e estão em fase de pré aposentadoria.

Em sua última reunião com o departamento de RH do banco, a Comissão de Empresa expôs a indignação dos funcionários frente ao fato de que as demissões estão sendo direcionadas a um certo perfil de funcionário, de modo a substituir funcionários antigos por novos, que custam menos ao banco. O banco negou, apesar de todos os números e argumentos apresentados pela Comissão de Empresa.

Na mesma reunião, a Comissão denunciou que os bancários estão sendo obrigados a fazer os cursos via internet (Treinet) fora do horário e local de trabalho, visto que o banco não está destinando tempo durante o expediente. O diretor ficou de levantar o problema e apresentar uma resposta em breve.

CEF tenta minar a organização dos empregados

Depois de suspender, unilateralmente, o desconto em folha das mensalidades das Apcefs e da Fenae Doações, a direção da CEF voltou atrás em sua decisão, cedendo às pressões sindicais. O compromisso de retornar ao sistema de descontos em folha de pagamento das referidas mensalidades foi assumido pelo presidente da CEF Emílio Carazzai, em reunião realizada em Brasília com o presidente da CUT, João Felício, o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e tesoureiro da CUT Nacional, João Vaccari, e a presidente da CUT-DF Erika Kokai.

Apagão: desculpa para implantar o turno único

Febraban e Banco Central acordaram o novo horário bancário, sem discuti-lo com a categoria ou com a população, e sem qualquer estudo comprovando que a medida irá economizar energia

O decreto ditatorial do Banco Central tem propósitos alheios à crise energética – provocada pelo próprio governo, diga-se de passagem. Tanto é assim, que o novo horário foi implantado também nas regiões Sul e Norte, que estão fora do racionamento. O que os banqueiros querem, na verdade, é aproveitar a crise de energia como pretexto para dar início à implantação do turno único nos bancos, com claras intenções de aumentar a jornada de trabalho, cortar mais empregos, reduzir o atendimento ao público e forçar o uso de caixas eletrônicos, aumentando ainda mais seus lucros.

O novo horário aumentou a pressão sobre os bancários para que façam horas extras – nem sempre pagas, é bom lembrar. Grande parte da categoria está entrando mais cedo e saindo no horário antigo, embora os bancos estejam fechando mais cedo para o público. Três grandes bancos de Porto Alegre já foram autuados pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), por não estarem respeitando a carga horária.

Os bancários também buscam a ampliação do horário bancário. Porém, com dois turnos de trabalho, o que contribuiria para a geração de novos empregos e para a qualidade

do atendimento ao público.

Um dia após a implantação do novo horário, a CNB/CUT encaminhou carta direcionada ao Ministério Público, ao Congresso Nacional, ao Conselho Monetário Nacional e aos órgãos de defesa do consumidor, como Procon e Idec, além de ter protocolado pedido de audiência com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, com o intuito de reverter a resolução.

Ao Ministério Público, foi solicitado investigação sobre os efeitos da mudança do horário bancário para o racionamento de energia elétrica. Isso porque a Febraban não apresentou nenhum estudo provando que o novo horário irá economizar energia.

Aos parlamentares, propôs a abertura do debate sobre este decreto que só beneficia um setor, embora afete a vida de toda a sociedade. Além disso, a Febraban precisa vir a público explicar como o novo horário vai reduzir o consumo de energia na ordem dos 24%, como anunciou. Já, a carta encaminhada ao Conselho Monetário Nacional questiona quais os motivos que levaram o governo a acatar a sugestão da Febraban, sem ouvir os trabalhadores e a sociedade.

Bancos querem acabar com prazo de 24 horas para compensação de cheques

Além de antecipar o horário bancário, prejudicando a qualidade do atendimento ao público, e de reter os funcionários sem pagamento de horas extras, os banqueiros estão tentando tirar ainda mais proveito do apagão, é claro, às custas dos bancários e da sociedade. Conforme apurado pelo jornal Gazeta Mercantil, a Febraban sugeriu ao BC que o limite dos cheques com prazo de compensação de 24 horas fosse ampliado de R\$ 300 para R\$ 5 mil, a fim de reduzir o serviço de compensação noturna. Um levantamento realizado pelo BC, de abril a julho do ano passado, mostrou que os cheques acima de R\$ 5 mil corresponderam a apenas 1,2% da quantidade de papéis. Se a medida for aceita, 98,8% dos cheques serão compensados no dia seguinte, prejudicando ainda mais os clientes, já que o prazo se completa em 48 horas, e os bancários, que serão duplamente prejudicados: além de não receberem o pagamento pela hora extra noturna, serão ainda mais pressionados com o aumento do volume de trabalho diurno.

LER/DORT: epidemia em expansão

As Lesões por Esforço Repetitivo ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/Dort) são, atualmente, as mais frequentes doenças do trabalho em todo o mundo, dada a acelerada incorporação de novas tecnologias de automação e as exigências mais rígidas de trabalho, na busca por maior produtividade, competitividade e lucro nas empresas. No Brasil, esta doença já constitui uma segunda causa de afastamento do trabalho. Suas principais vítimas são trabalhadores entre 20 e 45 anos, que adquirem a doença por realizarem esforços repetitivos impostos por posições forçadas e movimentos de força exigidos pelo trabalho, agravados por pressão por produtividade, tensão e medo de perder o emprego.

A doença atinge mais mulheres que homens e afeta diversas categorias de trabalhadores, especialmente os digitadores e usuários de terminais de vídeo, caixas de supermercado, bancários, datilógrafos, telefonistas, eletrecistas, músicos, médicos, operadores de linha de montagem e trabalhadores das indústrias automotiva, metalúrgica e de preparação de alimentos. Segundo dados do Instituto Nacional de Seguro Social, a maior parte dos trabalhadores afetados vem do setor bancário, supermercados, telecomunicações e comércio varejista.

As LER levam, com frequência, ao afastamento do trabalho por incapacidade temporária – que pode se tornar definitiva – e à invalidez. O retorno ao trabalho não é fácil e os que adoecem têm poucas chances de encontrar novo emprego. Em geral, as LER são diagnosticadas tardiamente, o que implica em custos significativos para trabalhadores, empresas e governo.

Por todas estas razões, o controle destas doenças do trabalho exige um enfrentamento sério, através de ações coordenadas dos trabalhadores, do empresariado e do governo, além de indispensáveis mudanças de posturas e políticas, entre as quais as que levam a uma maior participação dos empregados nas decisões e no gerenciamento do processo e dos ambientes de trabalho. Programas permanentes de informação, educação e comunicação sobre a doença, dirigidos, em especial, às categorias de trabalhadores mais afetados pelo problema, são de fundamental importância. Assim como mudanças nos processos e na organização do trabalho, com alternância de tarefas; a instituição de programas de reabilitação profissional dos trabalhadores afetados; a instituição de programas de educação continuada para médicos, enfermeiros e engenheiros do trabalho sobre prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitações das LER/Dort; e a definição de competências e recursos para a fiscalização do trabalho, com sanções cabíveis e educativas. O mais importante, no entanto, e o mais difícil também, é não permitir que as exigências de produtividade e competitividade comprometam a saúde da categoria.



Unibanco demite metade do funcionários do Bandeirantes

Dois mil dos 4,5 mil funcionários do Bandeirantes já estão fora do banco, adquirido no ano passado pelo Unibanco.

A informação foi dada pelo vice-presidente do Unibanco, Adalberto Schettert, ao jornal Valor Econômico, onde anunciou ainda que o processo de integração entre as agências dos dois bancos deverá estar

concluído até outubro. Das 253 unidades do Bandeirantes, pelo menos 60 deverão ser fechadas ou absorvidas.

Na última negociação, realizada em maio, o Unibanco se negou a abrir debates sobre estabilidade no emprego enquanto durar o processo de fusão, sob o argumento de que quer liberdade para demitir na hora

em que achar necessário. As entidades sindicais estão discutindo a realização de atividades contra a postura do banco.

Todos os casos de fechamento de agências e demissões de funcionários devem ser denunciados à Fetec através do e-mail:

valeska@cncut.com.br

Campeonato de Futebol Sete - segunda fase

O Campeonato Bancário de Futebol Sete/2001 está na segunda fase, formada por duas chaves: D e E, compostas pelas equipes classificadas na fase anterior:

Chave D

Sudameris/Bic/Safra
Bradesco
Finasa

Chave E

BBV/Banespa
Banco do Brasil
Real/bandeirantes



65 ANOS

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 17 - Nº 101 - JULHO/2001

FILIADO À **CUT** BRASIL

CAMPANHA SALARIAL DOS BANCÁRIOS SERÁ UNIFICADA E ÍNDICE REIVINDICADO É DE 7,91%

Impedir a divisão da categoria, unindo trabalhadores dos bancos públicos, privados e também os terceirizados. Este foi um dos principais pontos decididos na III Conferência Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro, que reuniu 400 delegados nos dias 13, 14 e 15 de julho, em, Brasília. O índice de reajuste reivindicado tem base no ICV do Dieese e ainda poderá ser modificado, dependendo da inflação dos próximos meses. A categoria também vai exigir a reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos anos e produtividade. Outra proposta importante da campanha conjunta é a defesa dos bancos públicos. Confira abaixo, as principais decisões da III Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro



• **Reajuste salarial** - O cálculo do índice a ser reivindicado terá como referência três elementos: a inflação acumulada de setembro/2000 a agosto/2001, segundo o ICV/Dieese (o que dá 7,91%, estimando-se um índice inflacionário de 1,2% em julho e agosto), a produtividade média do segmento e a reposição das perdas desde o Plano Real. Os bancos públicos que não tiveram reajuste nos últimos anos devem discutir seus próprios índices. A CEF, que decidiu

unificar a campanha com a Executiva Nacional dos Bancários, também reivindicará o mesmo índice da categoria mais a diferença em relação aos acordos com a Fenaban.

• **Ampliação da vigência do contrato coletivo** - Ampliar para dois anos a vigência das cláusulas mais perenes da Convenção Coletiva de Trabalho, com exceção das cláusulas econômicas — que continuarão sendo contratadas anualmente —, e criação de co-

missões temáticas para negociação permanente com a Fenaban.

• **Campanha nacional unificada** - A Conferência referendou a decisão do Conecef de não apresentar pauta de reivindicações em separado à CEF, e unificar a campanha deste ano na mesa da Fenaban. A III Conferência orientou que essa mesma discussão seja feita nos congressos dos bancos que ainda serão realizados. A campanha de mídia também será

unificada nacionalmente.

• **Barrar a terceirização e ampliar a representação do ramo financeiro** - Para avançar na estratégia de combater a terceirização e trazer para o nosso campo de representação segmentos terceirizados ou que pertencem ao ramo financeiro, mas estão completamente precarizados (em salário, jornada, direitos e benefícios), a III Conferência aprovou a busca da contratação desses trabalhadores, mesmo que em

bases diferenciadas, para que uma vez dentro da categoria possam ter melhores condições de se organizar para lutar pela igualdade de direitos.

• **Igualdade de Oportunidades** - Definida como um dos principais eixos da campanha salarial deste ano. O ponto de partida para a negociação com a Fenaban foi a pesquisa Os Rostos dos Bancários — Mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro, entregue aos banqueiros em abril.

CUT lança campanha salarial unificada em agosto

A CUT vai lançar em 17 de agosto a campanha salarial das categorias profissionais com data-base no segundo semestre. Na data, serão realizadas grandes manifestações públicas em todas as capitais do país. São mais de 20 categorias profissionais que reúnem quatro milhões de trabalhadores. Na próxima semana, representantes destes trabalhadores devem reunir-se para discutir os itens da pauta de reivindicação.

A CUT decidiu antecipar de setembro para agosto a campanha salarial, após a divulgação da pesquisa entre industriais mostrando que eles podem ter de demitir e reduzir a produção, para poder cumprir suas metas de redução do consumo de energia.

Mais de 380 delegados na Conferência Interestadual da categoria



Elisa Maria Mesquita, Juliane Zanotto, Vaine Andregueti, Mauro Ceccon e Carlos Marcelo Rodrigues estiveram representando nosso Sindicato na Conferência Interestadual

A Conferência Interestadual dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada nos dias 7 e 8 de julho, em Porto Alegre, contou com a participação massiva dos bancários e bancárias dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estiveram presentes 382 delegados, entre os quais os representantes do nosso Sindicato, que também estiveram presentes na Conferência Nacional. Além de aprovar a unificação da campanha, os delegados também aprovaram a realização de campanhas de denúncia contra a exploração e domínio dos bancos estrangeiros e contra o desmonte dos bancos públicos. Os delegados defenderam ainda a ampliação do horário bancário das 9h às 17h, proporcionando dois turnos de trabalho, o apoio às leis municipais referentes aos bancos, a valorização das questões de gênero, saúde e segurança bancária e os fundos de pensão. Os bancários destacaram também a importância de defender a manutenção do Barrisul e do Besc.

MP pedirá expulsão de ingleses do HSBC

O Ministério Público Federal deverá pedir a expulsão do Brasil dos diretores do banco inglês HSBC responsáveis pela ordem de espionagem e escuta telefônica clandestina no Seeb de Curitiba, descobertas em maio último. A decisão foi anunciada no dia 17 pelo procurador da República Luís Francisco de Souza, durante reunião realizada em Brasília com a CNB/CUT. Para o pro-

curador, a espionagem "é uma ofensa à democracia brasileira, porque cerceia a liberdade sindical e representa uma interferência na segurança pública interna do país".

O procurador disse que denunciará o Banco HSBC à Procuradoria Federal dos Direitos Humanos, que coordena a ação dos procuradores na defesa dos direitos humanos, e pedirá abertura de inquérito ao Conselho

Nacional de Defesa da Pessoa Humana (órgão do Ministério da Justiça) sobre o grampo telefônico.

Luiz Francisco informou ainda à CNB/CUT que pedirá a inclusão do sargento Jorge Luiz Martins, que organizou o grampo telefônico e depois denunciou a iniciativa do HSBC, no Programa de Proteção à Testemunha, "porque ele é uma testemunha importante no caso".

MTD realiza vigília contra o desemprego

O MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados realizou uma vigília, no dia 23, na praça Dante, em Caxias do Sul. O ato teve por objetivo protestar contra o desemprego e divulgar à sociedade a conquista das frentes emergenciais de trabalho como fruto da luta e da organização do movimento. No dia 24, representantes do movimento entregaram o primeiro projeto de coletivo de trabalho da região à Secretaria Estadual de Trabalho, Cidadania e Assis-

tência Social. O projeto envolve 110 trabalhadores desempregados para trabalharem na limpeza dos arroios de Caxias do Sul. No mesmo dia, outros 11 municípios do estado realizaram vigília com os mesmos propósitos, bem como apresentaram projetos para frentes de trabalho.

O MTD surgiu em maio de 2000, a partir de um acampamento de trabalhadores desempregados, em Gravataí, RS. Sua organização se deu em torno da

luta pela lei dos coletivos de trabalho, aprovada em abril de 2001. A lei autoriza o Estado a empregar desempregados em trabalhos comunitários temporários.

Os projetos devem ter a duração de seis meses, com 30 horas de trabalho semanais. De cada família, apenas um desempregado pode participar do programa, que envolve treinamento, uma bolsa-auxílio de um salário mínimo, mais um auxílio-alimentação de R\$ 40,00.



Conheça seus direitos

✓ Todo bancário tem direito a se ausentar do trabalho por:

. Quatro dias úteis consecutivos em caso de falecimento de cônjuge, ascendente (pai, mãe, avós, bisavós), descendente (filhos e netos), irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica.

. Cinco dias úteis consecutivos, em virtude de casamento.

. Cinco dias consecutivos, ao pai, garantido o mínimo de três dias úteis, no decorrer da primeira semana de vida do filho.

. Um dia para doação de sangue, comprovada.

. Um dia para internação hospitalar, por motivo de doença da esposa, filho, pai ou mãe.

. Dois dias por ano para levar filho ou dependente menor de 14 anos ao médico, mediante comprovação, em até 48 horas.

. Quando tiver de comparecer a juízo.

✓ Quando exigido ou previamente permitido pelo banco, será por ele fornecido, gratuitamente, o uniforme do empregado.

✓ Nos serviços permanentes de digitação, a cada período de 50 minutos de trabalho consecutivo caberá um intervalo de 10 minutos para descanso, não deduzido da jornada de trabalho.

Santander denunciado no consulado espanhol

Sobrecarga de trabalho, desrespeito à legislação trabalhista, terceirização, precarização do atendimento ao público. A má conduta do Santander foi denunciada pelos bancários gaúchos no Consulado Geral da Espanha, em Porto Alegre, no dia 26 de junho. A denúncia fez parte das atividades da Semana Mundial de Luta dos Trabalhadores do BSCH e foi feita ao chanceler da Espanha Luís Abiega, representante do cônsul Ramon Alvarez Nóvoa. Ao receber a carta com a denúncia, Abiega disse que iria comunicar o governo espanhol e a direção do Santander.

Demonstrativo da receita e despesas em 30 de junho de 2001

Contribuição sindical	59.359,14
Mensalidades	85.600,41
Outras rendas - sede campestre	507,00
Outras rendas - gabinete odontológico	2.424,00
Outras rendas - salão de festas	1.003,00
Aluguel de imóvel	17.464,90
Juros de depósitos	10.247,16
Subvenções INSS	419,41
Contribuição assistencial	14.749,64
Eventuais	2.373,39

TOTAL 194.148,05

Despesas com salários/pessoal	32.036,87
Plano de saúde	6.022,32
Previdência social	16.317,26
FGTS	2.901,82
PIS	330,83
Assessoria jurídica	5.803,89
Despesas odontológicas - interior	16.388,00
Despesas c/ informática	3.930,26
Federação dos Bancários RS	11.262,29
Central Única dos Trabalhadores	7.343,78
CNTIF	433,00
DIAP	421,29
Jornais e publicações	2.955,20
Encontros, congressos e conferências	3.109,44
Despesas de viagem	1.191,85
Água	921,69
Energia elétrica	2.908,17
Telefone	4.733,76
Correios	589,65
Fotocópias e autenticações	667,31
IPTU	448,14
CPMF	655,34
Despesas com manutenção sede social	1.141,68
Despesas com manutenção sede campestre	1.603,08
Material de expediente	1.314,97
Combustíveis e lubrificantes	2.313,30
Seguros	564,38
Inscrição em cursos e congressos	763,02
Finalidades esportivas	662,00
Outras promoções	537,77
Custas com processos judiciais	1.069,18
Despesas de administração geral	13.454,81

TOTAL 144.796,35

Depósitos bancários

Caixa Econômica Federal c/ Cor	5.423,11
Banco do Brasil AS D POP	10.162,12

Aplicações

Caixa Econômica Federal - Fundo de Invest.	102.756,59
Banco do Brasil - Fundo de Invest.	94.615,97

TOTAL 212.957,79

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 676 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fones: (054) 223.2166 / 223.3119 - Fax (054) 221.6747

Correio Eletrônico: seebcx@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro

Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Agência Centro da CEF tenta alterar contrato de trabalho

A iniciativa da gerência da agência Centro de Caxias do Sul fere a CLT. O Sindicato já realizou uma assembléia no dia 12 de julho e tomará as medidas cabíveis na defesa dos direitos dos empregados

Os empregados da agência Centro da Caixa Econômica Federal, em Caxias do Sul, estão sendo pressionados pela gerência para que assinem um "contrato de produção", pelo qual se comprometem a cumprir 100% das metas estabelecidas pela empresa. A diretoria do nosso Sindicato entende que se trata de uma alteração unilateral de contrato de trabalho – já que a assinatura do funcionário ocorre sob pressão, ferindo portanto, o artigo 468 da CLT.

O pretenso contrato estabelece deveres – o cumprimento das metas, mas não diz o que pode acontecer ao funcionário que não cumprir o estabelecido pelo banco. Segundo denúncias recebidas pelo Sindicato, os funcionários que se negam a assinar o documento, apresentado pelo gerente de área, é encaminhado para a gerência geral.

Se você for vítima de qualquer forma de pressão, denuncie ao Sindicato, pelo fone: 223 2166.

SEEB/POA publica carta sobre o Banrisul

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre publicou, no dia 13 de julho, na imprensa da capital, uma nota sobre o Banrisul. Confira abaixo, os principais trechos do documento:

"Nestes dois últimos anos, o Banco descumpriu o Acordo Coletivo Nacional da Categoria e temos uma perda acumulada de 6,6% com relação aos reajustes pagos pela Fenaban. Mais de 800 caixas estão sendo transferidos para a área de mercado e tendo remuneração fixa trocada por variável. Hoje, 30% do quadro de trabalhadores do Banrisul é composto por estagiários (2.214), sem carteira assinada e nenhum direito trabalhista. Fora os terceirizados, que são muitos e o Banco nega-se a fazer Concurso Público, deixando o cliente horas na fila.

A participação nos lucros, que era paga de forma igualitária e para todos, agora está sendo paga só para as agências que atingem metas. O Planejamento Participativo não está funcionando. Isso ficou muito bem demonstrado pela postura do presidente Túlio Zamin, nas conversações e durante as mobilizações realizadas nos últimos dias, uma delas com mais de 500 banrisulenses da Direção Geral. Ele tem reafirmado sua intransigência na aplicação de um modelo de premiação discriminatório, que aposta na divisão dos empregados, para seguir implantando a flexibilização salarial e dos direitos dos banrisulenses.

Aquilo que temos combatido na CEF, ou seja, a realização de vários serviços bancários em casas lotéricas, no Banrisul, a partir desta diretoria, estes mesmos serviços estão sendo feitos não somente em casas lotéricas, mas também em vídeo-locadoras, supermercados, lojas de vestuário, etc.

Aquilo que está sendo feito com a Nossa Caixa, em São Paulo, ou seja, sua transformação em agência de fomento, que ficará com o crédito de longo prazo, ficando a Nossa Caixa um banco basicamente comercial, também está sendo feito com o Banrisul. Recentemente, um diretor do banco disse na imprensa que, em cerca de quatro meses estará aberta a Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, que ficará com o crédito de longo prazo da instituição.

Para completar a frustração, temos em cargos decisivos do Banco pessoas que nunca tiveram qualquer comprometimento com um projeto Democrático e Popular, inclusive pessoas que já cumpriam funções de confiança nos governos anteriores."

Banco do Brasil demite mais de 500

Demissões ocorreram nas últimas semanas e o alvo são os funcionários mais antigos

Segundo a Comissão de Empresa do BB, o banco prepara uma nova leva de demissões em massa, depois de ter reduzido seu quadro em mais de 50 mil funcionários, há cerca de três anos, através do PDV. Desta feita, o alvo são os funcionários mais antigos. "É uma perseguição e discriminação intoleráveis contra aqueles que deram uma vida inteira de dedicação ao banco e agora estão sendo descartados como se fossem bagaço", diz a carta ao cliente assinada pela CNB/CUT e pela Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. O mesmo documento denuncia ainda o achatamento salarial da categoria, que está sem reajuste salarial desde 1995, período em que a inflação foi maior que 55%.

A perseguição política aos mais antigos se vale das avaliações do GDP - Gestão de De-

sempenho Profissional. O sistema, implantado, teoricamente, com o objetivo de possibilitar a auto-análise, estimular o autodesenvolvimento e melhorar o desempenho a longo prazo, está servindo para justificar demissões.

As avaliações são feitas de forma verticalizada, autoritária, subjetiva e acima de tudo, meramente punitiva. Quem não atinge os "padrões esperados" tem a rua como perspectiva. Em muitos casos, más avaliações têm sido consequência de perseguições pessoais, políticas, preconceitos e descaso. A atitude do banco só tem gerado desmotivação no funcionalismo, quando se sabe que a eficiência está diretamente ligada às boas relações internas e ao bom clima organizacional.

Caxias do Sul não está fora do contexto nacional. A agên-

cia Nossa Senhora de Lourdes demitiu, sem justa causa, uma funcionária com 24 anos de banco, faltando apenas 18 meses para sua aposentadoria pelo INSS.

Sem melhorias na PLR

A reunião para tratar das distorções da PLR, entre a Comissão de Empresa do BB e o negociador do banco, realizada em quatro de julho, não resultou em nada. O banco disse que não tinha um posicionamento definitivo sobre a proposta formulada pelos sindicatos. Na avaliação da Comissão, o banco está apenas tentando prolongar as rodadas de negociação para no final não apresentar nenhuma proposta concreta. A Comissão de Empresa informa também que, enquanto não discute a PLR, o banco prepara um reajuste de mais de 100% aos altos executivos do banco.

Banrisul aceita negociar reivindicações dos funcionários

Na rodada de negociações, realizada no dia 19 de julho, na Feeb/RS, o Banrisul não avançou nas propostas cobradas pelo Comando e dirigentes sindicais.

O banco esteve representado pelo presidente Tulio Zamin, o diretor Juraci Masiero e o chefe de Recursos Humanos Josué Vieira da Costa. Eles demonstraram o interesse em

discutir as reivindicações da campanha emergencial: 6,6% de reposição salarial, quadro de carreira, concurso público, condições de trabalho, saúde e PEC em defesa do Banrisul. O banco informou que aceita negociar a questão dos platformistas e a extensão do prêmio de R\$ 500,00 a todos os funcionários. A diretoria também manifestou a intenção

de apresentar o balanço do semestre, na FEEB/RS, com data indicativa para 27 de julho.

A pedido do Comando, haverá uma reunião com o Banrisul para discutir platformistas e o prêmio. Os demais itens da pauta serão negociados após a apresentação do balanço, com data a ser marcada.

Não ao relatório da Previ

A Comissão de Empresa dos Funcionários do BB decidiu posicionar-se contra a aprovação do relatório das contas da Previ de 2000, que, por determinação do diretor fiscal nomeado pelo governo FHC, transfere cerca de R\$ 2,3 bilhões para o Banco do Brasil. Rejeitar o relatório significa dizer NÃO à intervenção, ao governo FHC, aos desmandos e ao saque pretendido. Associados e entidades representativas já ganharam na Justiça as liminares que impedem o saque

da Previ por parte do banco. Vamos reforçar essa defesa. Vamos dizer NÃO ao relatório, na votação que segue até o dia 31 de julho.

FHC quer saquear Previ

Todas as ações do governo FHC em relação à previdência complementar – do Decreto 3.721 às votações sobre a reforma da Previdência no Congresso Nacional – foram feitas no sentido de enfraquecer e se apropriar de recursos dos fundos de pensão de empresas pú-

blicas.

Para saquear a Previ, o governo FHC nomeou Dimas da Costa como diretor fiscal, que se encarregou de transferir dois terços do superávit da Caixa, o que corresponde a R\$ 2,3 bilhões, ao Banco do Brasil. Conforme consta no balanço, este valor foi contabilizado sob a rubrica "Fundo previdencial – patrocinadora", quando deveria ter sido contabilizado em "Reservas de Contingência", fundo que serviria para cobrir eventuais déficits na Previ.

CNB/CUT lança mapa de gênero e raça do setor bancário

As condições de acesso, permanência e ascensão profissional no setor bancário são as mesmas para homens, mulheres, brancos e negros? A pesquisa realizada pela CBN/CUT, através de um convênio com o Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, comprova que não



“Embora o intenso desemprego, o exercício de trabalhos aquém da qualificação e a remuneração insuficiente para uma vida digna sejam fenômenos que afetam parcelas significativas do conjunto de traba-

lhadores, entre os negros e as mulheres essas situações são vividas com maior intensidade”, diz o estudo.

“Os rostos dos bancários: mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro” parte dos resultados de um trabalho, realizado pelo Dieese em 1999, sobre a população negra no mercado de trabalho em todas as regiões do país. Agora, o foco se volta para o interior dos bancos, abrindo a discussão sobre igualdade de oportunidades em tão importante setor, tido como moderno e de ponta na economia brasileira.

De acordo com o estudo, a presença de empregados negros nos bancos é significativa-

mente inferior aos negros empregados no mercado de trabalho, com exceção do Distrito Federal, onde a participação dos negros no setor bancário se equivale aos demais setores. Tal similaridade, diz o estudo, se deve a forte presença dos bancos públicos naquela área, que possuem processos de contratação com menos possibilidade de ocorrência de discriminação racial. A pesquisa também indica que os negros têm maior dificuldade de permanecer no setor após os 40 anos. A participação dos negros no setor bancário é maior na faixa dos 25 a 39 anos. Nesse caso, o Distrito Federal também aparece como exce-

ção, que pode ser explicada, novamente, pela forte presença dos bancos públicos, que garantem maior estabilidade e cujas regras de contratação inibem a discriminação.

No tocante às mulheres, o estudo mostra que a sua participação no setor bancário é maior que em outros setores, em todas as regiões do país. Mas, esta participação se diferencia de acordo com a faixa etária. Até os 30 anos, existem mais mulheres que homens nos bancos. Mas, eles superam em muito as mulheres nas faixas mais altas, superiores aos 31 anos, o que demonstra uma política de pessoal restritiva às mulheres casadas ou com filhos.

Marcha contra apagão e corrupção reúne 50 mil em Brasília

A marcha “Ilumina Brasil contra a corrupção e o apagão” conseguiu mobilizar vários setores da sociedade civil para denunciar o descaso do governo com a crise de energia e a “operação abafa” promovida por FHC, que tenta impedir a instauração da CPI da corrupção. A CNB/CUT esteve presente na manifestação e muitos sindicatos também enviaram manifestantes para participar do protesto, que a polícia militar tentou inibir com bombas de efeito moral e jatos de água.



LER/DORT são incuráveis?

Há uma fase bem inicial na qual os sintomas são fruto basicamente de um processo de fadiga incipiente ou inflamatório. É a fase na qual o paciente sente desconforto e não necessariamente dor, e passa despercebida em muitos casos. Nessa fase, pode-se obter um completo restabelecimento orgânico e funcional, caso haja orientação ao paciente e afastamento das causas.

Porém, a manutenção das atividades laborais executadas da mesma maneira poderá agravar o quadro clínico, levando o paciente a um quadro de dor, parestesia, fadiga precoce, entre outros sintomas, e à incapacidade laboral.

Nas fases mais avançadas, nas quais estão envolvidos mecanismos neurogênicos e de hiperalgesia secundária e nos quais já há uma alteração do sistema modulador da dor, o que se pode obter é o controle e o equilíbrio dos sintomas, mas dificilmente a sua regressão total.

Importante ressaltar a diferença existente entre dor e incapacidade laboral. A manutenção ou o retorno do paciente ao trabalho, isto é, a incapacidade ou capacidade laborais, dependerão principalmente da existência ou não de uma política de prevenção e reabilitação na empresa.



BBV/Banespa é a campeã do Campeonato de Futebol Sete 2001



BBV/Banespa saiu campeã depois de vencer nos pênaltis

A equipe BBV/Banespa venceu o Campeonato Bancário de Futebol Sete 2001 nos pênaltis, depois de empatar o jogo com o Bradesco em 2x2. Já, a equipe Sudameris/Bic/Safrá conquistou o terceiro lugar, vencendo de 5x0 o Banco do Brasil.

Os jogos finais e a entrega dos troféus aconteceram no dia 14 de julho, na sede campestre do nosso Sindicato. Além dos quatro primeiros colocados, foram destacados também a equipe com melhor disciplina, o maior goleador e o goleiro menos vazado. O troféu disciplina ficou com o time do Banco do Brasil, que recebeu apenas cinco cartões amarelos. André Almeida, (Real/Bandeirantes) se revelou o melhor goleador, com 12 gols marcados. E o goleiro menos vazado foi Jair Caberlon (Sudameris/Bic/Safrá).



Bradesco: Segundo lugar no campeonato 2001



Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Ano 17 - Nº 102 - Agosto 2001

Campanha Salarial 2001

Bancários entregam minuta de reivindicações à Fenaban

No documento, entregue no dia 20, a categoria reivindica um reajuste salarial de 21,12% aos bancos privados, 71,64% a CEF e 58,43% ao BB



A campanha salarial 2001 promete uma luta árdua para a categoria. Além dos índices de reposição, os bancários terão de encarar o desafio de barrar a terceirização e suas consequências: falta de segurança e desemprego, o desrespeito à jornada de trabalho e a tentativa de eliminar os direitos já adquiridos. Por outro lado, contam com o apoio da campanha unificada, lançada nacionalmente no dia 17. Liderada pela CUT, ela reúne cerca de quatro milhões de trabalhadores de todas as categorias que têm data-base no segundo semestre. Em Porto Alegre, o

lançamento da campanha unificada reuniu mais de duas mil pessoas entre bancários, servidores públicos federais, radialistas, jornalistas, petroleiros e químicos. Os eixos de luta da campanha unificada são: aumento real de salários, manutenção de empregos e direitos, redução de 10% da jornada de trabalho, fim das horas extras e luta contra a alteração da legislação trabalhista.

Os bancários gaúchos vão adequar a mídia nacional à realidade da

categoria no estado, incluindo a campanha publicitária contra o neoliberalismo e pelo Fórum Social Mundial, desenvolvida pela CUT/RS. A idéia é reforçar as denúncias contra a crise energética, a corrupção de FHC e os altos lucros dos bancos.

A decisão foi tomada em reunião do sistema diretivo, com a participação de 76 delegados de 35 sindicatos. Como estratégia interna foi definido o seguinte: em direitos não se

mexe; respeito à jornada de trabalho; não aos acordos em separado e aos trabalhos em finais de semana e feriados; e não aos acordos rebaixados do Banrisul.

Para colocar em prática as ações da campanha salarial, o estado contará com uma Comissão Organizadora formada por dois representantes do colegiado executivo, um representante de cada regional da FEEB/RS, quatro representantes do SEEB/POA e membros das Comissões de Empresa.

Bancos lucram alto e quem paga é a sociedade

A política econômica de FHC distribui os bancos públicos e garante aos bancos privados nacionais e estrangeiros os maiores índices de lucros da história do sistema financeiro nacional. No ano passado, o lucro dos bancos foi de R\$ 7,8 bilhões. Mas, quem está pagando por isso é a sociedade brasileira e a categoria bancária, que sofre com os sucessivos cortes de pessoal. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, a

reestruturação do sistema financeiro após a implantação do real aumentou em 50% o número de municípios sem nenhum atendimento bancário. Dados do Banco Central confirmam esta tendência: a participação das cidades sem banco no universo total das cidades brasileiras saltou de 22,7% em 1994 para 30,1% em maio deste ano.

Banespianos saem mais fortes do 15º Congresso Nacional

O 15º Congresso Nacional dos Banespianos, realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, contou com a participação de todas as entidades de representação fato que não ocorria desde junho de 1995 -, reunificou o Comando e elegeu sua nova Executiva. O nosso Sindicato também esteve presente ao encontro, representado pelo diretor Ariovaldo Filippi.

Sob o slogan "Juntos pelo Emprego", os banespianos aproveitaram o encontro para definir a estratégia para a campanha salarial. A pauta de reivindicações inclui: garantia de emprego, reajuste de 21,12%, repasse dos índices da Fenaban, manutenção de

todas as agências do banco, permanência do banco como patrocinador da Cabesp e Banesprev por tempo indeterminado, e renovação do acordo coletivo.

Participaram do encontro representantes de diversos bancos controlados pelo Santander no Brasil, além de representantes dos funcionários do Santander do Uruguai. Todos confirmaram a política de desrespeito aos direitos do banco espanhol.

Aliás, outro ponto importante do congresso foi o painel sobre assédio moral. Conforme pesquisa realizada sobre o tema, 42% dos trabalhadores do banco presenciaram ou foram vítimas de situações de humilhação no trabalho, após a privatização do banco.



"Juntos pelo emprego" foi o slogan do encontro

Campanha do Flúor

Prevenir é melhor do que remediar

**27 e 28 de agosto em Caxias do Sul
3 a 6 de setembro nas demais cidades da base**

Atendimento Gratuito no consultório da sede, em Caxias do Sul, e junto aos dentistas conveniados nas cidades de Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Maiores informações pelo fone: (0xx54) 223.2166.

Para dependentes de bancários sindicalizados

Funcionalismo do Banrisul tem Encontro Nacional em Tramandaí

Nos dias 25 e 26 de agosto, Tramandaí estará sediando o Encontro Nacional dos Funcionários do Banrisul. A pauta de discussões inclui a avaliação do balanço do banco, eleição do comando para a próxima gestão, quadro de carreira, PCS, avaliação sobre a campanha emergencial, Proposta de Emenda Constitucional, estratégia de luta da campanha salarial e questões específicas do Banrisul.



Parabéns a você! 28 de agosto - Dia do Bancário.

28 de agosto. Dia do Bancário

*A data que resgata a disposição
de luta da categoria*

No dia 28 de agosto de 1951 teve início a maior greve da história dos bancários. Naquele ano, a campanha salarial foi dura. Os trabalhadores reivindicavam um reajuste salarial de 40%, salário mínimo profissional e adicional por tempo de serviço. Os banqueiros, entretanto, ofereceram apenas um reajuste baseado no índice do custo de vida oficial. Dispostos a lutar pelo que queriam, os bancários rejeitaram a proposta e aprovaram a greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em assembléia, realizada no dia 28 de agosto.

A partir de então, foram 69 dias de paralisação, a maior greve da história da categoria, tanto em abrangência como em duração, apesar de toda a repressão. No final, denúncias sobre falsos índices do custo de vida fizeram com que os cálculos fossem modificados, elevando o reajuste de 15,4% para 30,7%. Em 5 de novembro de 1951, a Justiça concedeu o reajuste de 31% aos bancários.

Depois desta vitória e da mostra de unidade e força dos bancários, o IV Congresso Nacional da Categoria, realizado em abril de 1952, instituiu o dia 28 de agosto como o Dia do Bancário. E desde então, bancários de todo o país são homenageados nesta data, embora muitos não conheçam os fatos que lhe deram origem.

Este ano, o Sindicato dá a festa nas agências!

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região não poderia deixar uma data tão importante passar em branco. E, neste ano, optou por uma festa diferente. Dada a dificuldade de reunir todo o pessoal num só local, a diretoria do Sindicato decidiu levar a festa até os bancários. No próximo dia 28, cada agência receberá uma cesta de doces e salgados para comemorar com o grupo mais próximo a data que pertence a toda categoria. Esta foi a forma que o Sindicato encontrou para estar junto de todos vocês.

Sindicato denuncia Banrisul na DRT

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região encaminhou denúncia contra o Banrisul à Delegacia Regional do Trabalho. O documento entregue pelo Sindicato informa que o banco tem se utilizado de estagiários para desempenhar atividades típicas de bancário, como serviços de caixa e malote, o que caracteriza desvio de função, além de contrariar a legislação vigente.

Não bastasse isso, estes mesmos estagiários, que são contratados com carga horária de seis horas diárias, estão trabalhando além do estipulado, contrariando novamente a legislação trabalhista.

O Sindicato solicitou à DRT a fiscalização e adoção das providências legais devidas, bem como o encaminhamento das irregularidades apuradas ao Ministério Público do Trabalho.



Banco mantém estagiários em desvio de função e desrespeita a jornada de trabalho

Aprovado Código de Defesa do Cliente Bancário

O Código de Defesa do Cliente Bancário foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional na última semana de julho, facilitando a defesa das pessoas lesadas pelas instituições financeiras, que, antes, se reportavam apenas ao Banco Central.

O novo código impõe uma série de obrigações aos bancos, entre as quais a de oferecer atendimento ao público de

forma convencional, ou seja nos caixas, mesmo quando há caixas eletrônicos ou serviços de auto-atendimento. A partir de agora, os bancos também não poderão estabelecer prazos que posterguem saques em espécie para o expediente seguinte, nem vincular a contratação de qualquer operação à realização de outras operações ou aquisição de outros bens.

Eles também terão de oferecer tratamento igual entre clientes e usuários, priorizar o atendimento para pessoas portadoras de deficiências físicas, idosos e gestantes, facilitar o acesso a deficientes físicos e ser muito claros nas relações contratuais. Esta é, aliás, uma das principais exigências do Código de Defesa do Cliente Bancário. Bem vindo seja!

Conheça a proposta da CUT para driblar a crise de energia

As propostas da CUT são claras. A população não pode pagar pela irresponsabilidade do governo neoliberal de Fernando Henrique.

- Estabilidade no emprego, durante o racionamento, garantida em lei.
- Redução mínima de 10% da jornada, sem redução de salários.
- Proibição de horas extras, salvo em situações emergenciais, apreciadas pelas entidades de classe patronais e dos trabalhadores.
- Suspensão do funcionamento do comércio aos domingos, sem comprometimento do emprego e dos salários.
- Revogação das sobretaxas.
- Suspensão definitiva das privatizações no setor elétrico.
- Revisão das privatizações no setor elétrico.
- Congelamento das tarifas de energia durante o racionamento.
- Revisão das privatizações e concessões

das empresas que não cumprirem metas de investimentos.

- Suspensão do MAE, impedindo a especulação financeira, penalizando os consumidores e favorecendo as empresas elétricas.
- A Eletrobrás deve retomar seu papel de investidora, coordenadora do planejamento e financiadora do setor.
- Eliminação de todas as restrições legais e fiscais que impedem a expansão dos investimentos e captação de recursos pelas empresas do setor, ainda estatais, que podem investir na ampliação da capacidade de geração e transmissão de energia.
- A Aneel deve dar transparência à sociedade sobre margens de lucros, remessas de divisas ao exterior e o cumprimento das metas de investimentos das empresas privadas do setor elétrico.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 - e-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Base Territorial:
Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Voz do Bancário

Mulheres que correm com os lobos

Sensações de vazio, fadiga, medo, depressão, fragilidade, bloqueio e falta de criatividade são sintomas cada vez mais frequentes entre as mulheres modernas, assoberbadas com o acúmulo de funções na família e na vida profissional. Esse problema, no entanto, não é recente, acredita a psicóloga junguiana Clarissa Pinkola Estés. Ele veio junto com o desenvolvimento de uma cultura que transformou a mulher numa espécie de animal doméstico.

Através da interpretação de 19 lendas e histórias antigas, entre elas as de Barba-Azul, Patinho Feio, Sapatinhos Vermelhos e La Llorona, a autora identifica o arquétipo da Mulher Selvagem ou a essência da alma feminina, sua psique instintiva mais profunda. E propõe o resgate desse passado longínquo, como forma de atingir a verdadeira libertação.

Técnicas de psicologia junguiana e algumas formas de expressão artística ligadas ao corpo podem ajudar na tarefa, mas a compreensão da natureza dessa mulher selvagem, com todas as características de uma loba, é uma prática para ser exercida ao longo de toda a vida.

Clarissa
Pinkola Estés

Editora Rocco
628 páginas
R\$44,00



Assédio Moral

Empresas apostam na humilhação para demitir sem custo

O terrorismo psicológico ganha cada vez mais espaço como ferramenta de controle do trabalho no mundo globalizado, norteador pelo lucro obsessivo e pela exclusão social

Com a introdução dos valores e das políticas neoliberais, das novas tecnologias e formas de gestão, a partir da década de 80, uma velha tática de violência branca ganha força nas empresas, embora pouco se fale sobre ela, pelo menos no Brasil. Trata-se do assédio moral, caracterizado por uma relação autoritária onde predomina o menosprezo, a inferiorização, o rebaixamento, a discriminação do outro, o medo e a vergonha. Para os empregadores, a conduta se torna um instrumento eficiente para impor maior produtividade, induzir pedidos de demissões e cortar pessoal sem ter de pagar indenizações. Para os trabalhadores, porém, o assédio moral é um golpe que pode ser fatal.

A violência consiste no isolamento

da vítima. Deixá-la sem função definida, sem informações sobre o trabalho e até mesmo alocada num espaço físico separado do seu núcleo de trabalho. Com o tempo, os próprios colegas voltam-se contra a vítima. Sozinha, sentindo-se culpada e incompetente, não demora a pedir as contas. Mas, a destruição provocada ultrapassa os limites profissionais. Mina também a saúde física, emocional e mental, muitas vezes levando ao suicídio.

Uma pesquisa da OIT Organização Internacional do Trabalho, realizada em 1996, mostra que cerca de 8% dos trabalhadores da União Européia, equivalentes a 12 milhões de pessoas, sofrem deste drama. No Brasil, o tema ainda é pouco discutido, embora a prática do assédio moral esteja bastante

disseminada. Não há uma lei específica contra o assédio moral, mas já existe um projeto de lei na Câmara de Vereadores de São Paulo, envolvendo funcionários públicos.

Por enquanto, a defesa das vítimas de assédio moral conta com o Código Civil Brasileiro, artigo 159, que diz respeito ao dano moral, assim como a Constituição Federal, em seu artigo 5, incisos V e X, que prevê a indenização por dano moral como proteção a direitos individuais.

Bancários são alvo preferido

A categoria bancária é uma das mais atingidas pelo assédio moral. Além do impacto das novas tecnologias e da

reestruturação produtiva, registra também alto índice de funcionários com LER/DORT, alvo preferido para a tortura psicológica, ao lado daqueles que retornam ao trabalho depois de terem sido afastados por acidente e dos funcionários com estabilidade no emprego, como diretores de sindicato e servidores públicos.

A legislação trabalhista garante que todo o empregado afastado por mais de 15 dias por LER, considerada acidente de trabalho, tem direito à estabilidade por um ano a partir do dia de seu retorno ao trabalho. Ao voltar, o funcionário deve ser realocado em uma função que não ofereça risco para sua saúde. É durante este processo que ele fica mais exposto ao assédio.

Mais de 40 mil votam "Não" ao relatório e às contas da Previ

A rejeição às contas da Previ referentes ao ano 2000 contou com o voto de 42 mil associados, equivalentes a 58,6% dos votantes. A votação durou 40 dias e o próximo passo, conforme determina o estatuto da Previ para o caso de rejeição das contas, é uma nova consulta entre os 120 mil associados, para decidir se os diretores que aprovaram as contas devem permanecer no cargo. Para que a destituição aconteça são necessários os votos de pelo menos dois terços dos cerca de 120 mil participantes da Previ. Nessa hipótese, junto com a diretoria, composta por três diretores eleitos e três indicados pelo BB, também cairiam todo o conselho deliberativo e os integrantes do conselho fiscal que aprovaram a prestação de contas.

A rejeição das contas foi muito mais uma ato de repúdio contra a nomeação de um interventor do governo e a forma como ele implantou a paridade

de contribuições determinada pela Emenda Constitucional número 20 na Previ, do que um protesto contra a gestão do fundo. Como não houve acordo entre a Previ e o BB, no início do ano, a Secretaria de Previdência Complementar do governo FHC nomeou um diretor fiscal, Luís Rodrigues da Costa, para resolver o caso. Este interventor decidiu que as contribuições passariam a ser divididas igualmente, ou seja, para cada R\$ 1,50 pagos pelo BB, os participantes do fundo deveriam pagar R\$ 1,50 - até dezembro do ano passado, para cada R\$ 1,00 pago pelos funcionários do BB, o banco pagava R\$ 2,00.

Em seguida, determinou que parte do superávit de R\$ 5 bilhões do fundo fosse transferido para o BB, para custear a implantação da paridade, deixando de repassar R\$ 2,3 bilhões aos associados.

Governo complica pagamento da correção do FGTS

Desde que a União foi condenada pela Justiça a corrigir as contas do FGTS, a equipe econômica do governo federal vem criando empecilhos para honrar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Um deles é a criação de dois tipos de termo de adesão um para quem tem ação na Justiça, outro para quem não ingressou com processo. Os modelos do "acordo" serão divulgados até o final de agosto, quando deverão ser baixados dois decretos regulamentando a lei complementar que prevê a reposição das perdas do FGTS.

No modelo destinado aos trabalhadores que não possuem ação judicial, a assinatura do termo pressupõe o compromisso de não ingresso na Justiça para obter a reposição do fundo. No outro modelo, o interessado deverá abrir mão da ação. A adesão a um dos dois modelos não será compulsória. Será exigida apenas de quem quiser receber a correção sem o aval do poder Judiciário.



Salário mínimo necessário é de R\$ 1.055,84

O Dieese fez o cálculo. Para atender as despesas de alimentação, moradia, educação, saúde, vestuário, transportes, higiene, lazer e previdência social, o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.055,84. O cálculo foi feito para o mês de julho.

Diretores eleitos têm o apoio dos sindicatos

Depois de votar "não" ao relatório da Previ, vamos votar "não" a destituição dos dirigentes eleitos, "não" à intervenção do governo FHC na Previ. A votação teve início no dia 20 de agosto e deve se estender até o dia 20 de setembro. Além de evitar a intervenção do governo federal na Previ, os dirigentes eleitos têm lutado para defender os interesses dos associados nas negociações sobre a paridade.

Não podemos esquecer que eles tiveram o apoio do movimento sindical para ocupar o espaço que detém hoje e que eles são fundamentais para manter a transparência na diretoria.

Polêmicas sobre LER/DORT

Ginástica antes do trabalho é uma boa forma de prevenção das LER/DORT?

A prática da ginástica regular, respeitando os limites físicos de cada um, é extremamente importante para todas as pessoas. No entanto, isoladamente, não pode ser considerada uma técnica de prevenção das LER/DORT. Uma verdadeira política de prevenção deve considerar fatores organizacionais do trabalho, que se não estudados e alterados,

continuarão sendo fatores de risco.

O mesmo raciocínio vale para o mobiliário. É preciso ter claro que só o dimensionamento adequado do mobiliário de trabalho não previne problemas osteomusculares, embora sua inexistência possa levar à adoção de posturas e métodos de trabalho que tendem a agravar a situação. No caso de LER/DORT, vários fatores de

risco são identificados. Ao se instituir a ginástica antes do trabalho, sem outras medidas, ou adaptar o mobiliário apenas, mascara-se a realidade, dando-se uma pretensa solução aos problemas. Faz-se de conta que um estudo ergonômico foi realizado, e os que contrataram o profissional o aceitam, ou porque acreditam em sua competência ou porque não lhes interessa solucionar os verdadeiros problemas, considerados por eles como imutáveis, geralmente por desconhecimento de outras alternativas.

Esta situação traz sérias consequências, pois os trabalhadores tenderão a pensar que "alguém" está preocupado com a sua saúde, e que o problema está sendo resolvido. Se outras pessoas adoecerem, pode-se reforçar a opinião de que a culpa é de quem adoeceu, pois os "especialistas" teoricamente já resolveram o problema.



Dívida Externa

Campanha por um milênio sem dívidas entra em nova fase

A proposta, agora, é pressionar os parlamentares para que dêem andamento ao projeto de lei que convoca plebiscito nacional para decidir sobre a necessidade de uma auditoria da dívida externa



A idéia é que todo cidadão envie carta ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, solicitando agilidade na tramitação do referido projeto de lei. Ele foi encaminhado à Câmara em junho do ano passado, quando o então presidente da casa, deputado Michel Temer, prometeu dar atenção especial ao projeto. Mas, até hoje, ele não deslanchou. Mesmo estando respaldado pela voto dos seis milhões de brasileiros que se manifestaram a favor da auditoria da dívida no plebiscito informal realizado em setembro do ano passado, o projeto de lei se encontra parado na Comissão de

Finanças e Tributação da Câmara.

A iniciativa dá continuidade à campanha Jubileu - por um milênio sem dívidas, coordenada pela Pastoral Social da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e pelo CONIC Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, cujos pontos altos foram a realização do Tribunal da Dívida, em 1999, no Rio de Janeiro, e o Plebiscito da Dívida, em setembro do ano passado em todos estados brasileiros.

"Infelizmente, a democracia representativa brasileira ainda é muito jovem, e nem mesmo nossos parlamentos municipais, estaduais e federal estão acostumados a realizar consultas diretas à população. Raras vezes em nossa história foi acionado esse instrumento democrático, embora nossa Constituição o permita e estimule. O plebiscito ou referendo é, sem dúvida, um instrumento importantíssimo para que toda a população debata, participe e

decida sobre temas candentes de nossa sociedade", diz um trecho da carta sugerida como modelo pela campanha.

A carta-modelo pode ser encontrada na sede do nosso Sindicato ou através do gabinete do deputado estadual Padre Roque Grazziotim (PT), que se encarregará de entregar todas as cartas coletadas diretamente na Câmara. Fone (51) 210 2720 - Fax: (51) 210 1890.

Latino-americanos já nascem devendo

Cada bebê latino-americano nasce devendo US\$ 1.550,00, o equivalente a quase R\$ 4 mil. A constatação é do Sistema Econômico Latino-americano (Sela). O organismo apurou ainda que a dívida externa da América Latina chega a US\$ 750 bilhões o equivalente a 39% do PIB e a 201% das exportações. Esta região endividada do planeta já possui mais de 200 milhões de pobres.

Depois de Gênova, Washington

A morte do jovem ativista durante os protestos contra a Cúpula do G-8, na Itália, não serviu para intimidar os manifestantes contra o neoliberalismo, que prometem voltar às ruas de Washington, EUA, nos dias 29 e 30 de setembro, por ocasião da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD).

Nos EUA, um amplíssimo leque de forças sociais prepararam, há meses, uma manifestação gigantesca. O Brasil também prepara atos político-culturais. Em São Paulo, organizações como ATTAC, CUT, Centro Cultural KVA, DCE-USP, Instituto Paulo Freire, MST, UNE, diversos centros acadêmicos e grêmios secundaristas já se articulam para programar ações de protesto.

Para ter idéia da amplitude das mobilizações programadas para Washington, vale a pena navegar pela

internet.

Em <http://www.globalizethis.org/s30> é possível encontrar, em vários idiomas, o manifesto que convoca os protestos. "O FMI e o Banco Mundial são os principais arquitetos da globalização neoliberal", lembra o texto. Por isso, "nossa mensagem tem que ser clara: o movimento por justiça global continua a crescer e não vai tolerar os esforços contínuos destas instituições e dos governos do G7 para estruturar o mundo em benefício das corporações e dos ricos".

O mesmo site mostra as atividades preparatórias já marcadas: bicicletadas (marchas em bicicletas) contra a Exxon, caminhadas contra o Citibank, jornadas contra o Plano Colômbia, oficinas sobre direitos das mulheres e ação direta não-violenta, debates sobre imigração. Já, os

sindicalistas estão convocando uma marcha sobre Washington para o dia 30 de setembro, onde exigirão o cancelamento das dívidas junto ao FMI e Banco Mundial, a não-concessão do fast-track (direito de negociar com outros países sem ouvir o Congresso) de que o governo Bush precisa para levar adiante a ALCA, o não-lançamento da rodada mundial de liberalização comercial que a Organização Mundial de Comércio (OMC) quer iniciar em novembro, no Qatar.

Os manifestantes brasileiros também estão na rede. Uma "lista de discussões" foi criada para permitir comunicação permanente entre os envolvidos nos preparativos. Para participar, basta enviar um e-mail vazio (sem título e sem texto) para TchauFMI-subscribe@yahoogroups.com

Relatório do TCU contesta mito da privatização

O documento do Tribunal de Contas da União diz que a venda das estatais contribuiu para achatá-la a renda nacional, fazendo com que a participação da massa salarial no PIB, que era de 45% em 1992, despencasse para 37%. A informação, publicada pelo Jornal do Brasil do dia 12 de agosto, faz cair por terra o mito criado pelo governo FHC de que a venda do patrimônio público daria espaço para maiores investimentos na área social. O país chegou ao final da década de 90 sem alteração no índice de concentração da riqueza. "Em 1992, como em 1999, os 50% mais pobres da população ficaram com apenas 14% da renda do país, enquanto 1% da população detém 13%

da riqueza gerada no país", diz o documento.

O relatório revela ainda que nem do ponto de vista do abatimento da dívida mobiliária federal as privatizações cumpriram seu objetivo. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emprestou R\$ 6,3 bilhões para o setor privado adquirir empresas estatais. Mas, o dinheiro da venda das empresas estatais federais e estaduais, num total de US\$ 87 bilhões, só foi suficiente para abater 15% da dívida do setor público.

Em compensação, a crise econômica aumentou em 200% a dívida, que passou de R\$ 184 bilhões no início do governo, em 94, para R\$ 563 bilhões

no ano passado.

Não bastasse isso, o documento ainda informa que no processo de preparação das privatizações, as tarifas de telefonia subiram 2.100%, sendo que, hoje, o reajuste acumulado chega a 3.088%. E que o Tesouro Nacional gastou R\$ 26 bilhões para recompor as tarifas elétricas antes do início do processo de privatizações.

Em contrapartida, os investimentos em infra-estrutura foram insuficientes, resultando em uma grande defasagem entre a oferta de energia e o crescimento do consumo, que cresceu em 114,5% em 15 anos, contra um aumento da oferta de 77%.



Conheça seus direitos

Horas Extras:

Devem ser pagas com o adicional de 50%, sendo que quando prestadas durante toda a semana anterior, os bancos devem pagar também o valor correspondente ao repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados. O cálculo do valor da hora extra é feito tomando-se por base o somatório de todas as verbas salariais fixas, entre outras, ordenado, adicional por tempo de serviço, gratificação de caixa e gratificação de compensador.

Adicional Noturno:

A jornada de trabalho em período noturno entre 22h e 6h será remunerada com acréscimo de 35% sobre o valor da hora diurna.

Insalubridade e Periculosidade:

Quando houver laudo pericial acusando a existência de insalubridade ou periculosidade em postos de serviços bancários localizados em empresas, será concedido aos bancários neles lotados o adicional previsto na legislação vigente.

Atualize seu cadastro

Se você mudou de endereço ou telefone, comunique ao Sindicato. Os dados cadastrais corretos são fundamentais para mantermos uma comunicação eficiente.

Ligue para:

(54) 223 2166

das 8 às 17h30

Ou mande um e-mail para: seebcxs@visao.com.br



Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Edição Especial - Setembro 2001 Filiado à **CUT** Brasil

Os bancários

exigem

reajuste

salarial já.

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região. Filiado à



Campanha Salarial 2001

BANQUEIROS DIZEM

Tarifas disparam, banqueiros lucram alto, mas se negam a discutir reajuste. Na segunda rodada de negociações, eles chegaram a afirmar que as reivindicações da categoria estavam além das possibilidades dos bancos e das necessidades dos bancários

CEF
Reajuste reivindicado
70,71%

- ✓ Integração à Convenção coletiva da categoria bancária.
- ✓ Saúde.
- ✓ Condições de trabalho e de organização sindical.
- ✓ Fim das demissões imotivadas.

Banrisul
Reajuste reivindicado
28,41%

- ✓ Concurso público já.
- ✓ PEC (Plebiscito par consultar a comunidade gaúcha sobre a privatização do Banrisul).
- ✓ Quadro de carreira.
- ✓ Saúde, democracia e melhores condições de trabalho.



Diante da alta lucratividade do setor, um argumento como este só pode ser zombaria. Enquanto lucram alto, os bancos se recusam a aceitar qualquer argumentação sobre reajuste salarial e direito dos trabalhadores.

Mas, os números estão aí, escancarando as contradições. O lucro dos bancos aumentou 131% entre 1996 e 2001 (veja box ao lado). Enquanto isso, o poder de compra dos salários da categoria está cada vez menor.

De acordo com o Dieese, entre setembro de 2000 e agosto de 2001, o ICV (Índice de Custo de Vida) acumula taxa de 8,30%. Com isso, o reajuste necessário para a categoria (incluindo o aumento real por produtividade) é de 20,46%. Isso para os bancos privados, porque nos bancos públicos, a defasagem é muito maior.

No Banco do Brasil, 73 mil

funcionários estão com seus salários congelados há sete anos. Na Caixa Econômica Federal, a realidade é a mesma: sete anos sem reajuste.

A alta dos preços de produtos e tarifas atinge principalmente serviços essenciais, como saúde e habitação. De janeiro a agosto, segundo o Dieese, os maiores aumentos aconteceram nas despesas com habitação, saúde (em especial seguros e convênios) e transportes. Em um ano, a alta média de preços foi de 13,96% na saúde, de 10,84% na habitação e 10,41% no transporte.

Para enfrentar esta realidade, a CUT decidiu unificar a campanha de todos os trabalhadores com data base no segundo semestre. São mais de quatro milhões de trabalhadores de 20 categorias, incluindo a bancária.

Principais eixos da campanha unificada da CUT

- ✓ Aumento real de salários.
- ✓ Manutenção de empregos e direitos.
- ✓ Redução de 10% da jornada de trabalho.
- ✓ Fim das horas extras e luta contra a alteração da legislação trabalhista.

M NÃO

Lucro dos Bancos não pára de crescer

A análise feita pela Secretaria de Estudos Sócioeconômicos do Sindicato de São Paulo mostra que o lucro de nove dos maiores bancos brasileiros cresceu 131% entre 1996 e 2001

Bancos Privados
Reajuste reinvidicado
20,46%

- ✓ Garantia de emprego.
- ✓ Combate à terceirização.
- ✓ Jornada de trabalho.
- ✓ Horário de atendimento nos bancos.
- ✓ Controle das filas.
- ✓ Segurança.
- ✓ Igualdade de oportunidades.

BB
Reajuste reinvidicado
64,03%

- ✓ Cumprimento da convenção coletiva da categoria bancária.
- ✓ PLR nos mesmos moldes da Fenaban.
- ✓ Isonomia.
- ✓ Cartão eletrônico para todos os funcionários.

O setor financeiro é um dos poucos setores que lucram alto com a crise econômica, promovida pelo governo FHC. Enquanto a alta dos juros e do dólar prometem encurralar as empresas, aumentando o desemprego, os banqueiros continuam lucrando mais e mais. O Itaú e o Bradesco, por exemplo, registraram lucro líquido superior a R\$ 1 bilhão em apenas seis meses - primeiro semestre de 2001.

O Itaú obteve lucro líquido consolidado de R\$ 1,4 bilhão, um crescimento de 82% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado, quando o banco obteve lucro de R\$ 800,2 milhões. Já, o Bradesco registrou lucro de R\$ 1,042 bilhão, equivalente a 71,99% em relação ao ano anterior.

"Comparadas com a crise em que vivemos, esses números chegam a ser uma violência. Para se ter uma idéia do que isso significa, caso o lucro continue neste patamar, em apenas três anos, o Bradesco criaria um novo banco, com as mesmas

proporções", avalia Marcelo Terrazas, técnico da subseção do Dieese/Linha Bancária da CNB/CUT.

Um levantamento elaborado pela empresa Engenheiros Financeiros e Consultores, divulgado na imprensa, confirma a tese do movimento sindical: os banqueiros são sócios da crise e obtêm lucros exorbitantes com a desvalorização acelerada do real e juros altos. Os maiores beneficiados são os bancos estrangeiros, como o Citibank e o BankBoston. Dos bancos nacionais, o Itaú é o que obteve maior rentabilidade.

O estudo foi realizado com base nos dados do Banco Central e indica também que há uma concentração no sistema financeiro nacional.

Após a implantação do real, em meados de 1994, dos 50 maiores bancos em 1993, 29 foram fechados ou absorvidos por outros. O Brasil já teve mais de 500 bancos, mas hoje são menos de 200.

Igualdade de Oportunidades ganha ênfase na campanha



Vamos lutar para que os banqueiros cumpram as convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho, que tratam sobre igualdade de oportunidades!

3ª Rodada de Negociações

Banqueiros respondem com cinismo e descaso

A última rodada de negociações entre a Executiva Nacional e os representantes da Fenaban, realizada no dia 12, não avançou em nada. Como nas outras duas, os banqueiros recuaram e não apresentaram qualquer proposta econômica à categoria.

Pior que isso, demonstraram desprezo sobre os pontos debatidos, numa clara demonstração de total falta de respeito com os trabalhadores. A única resposta que veio deles foi ironia, descaso e muitos não.

Negaram-se a discutir índice de reajuste, ironizaram as cláusulas sindicais, dizendo que pretendiam rever o número de dirigentes liberados, e os debates sobre previdência ficaram para a próxima reunião. Nada coerente com o discurso da Fenaban do início da campanha, quando

afirmava querer resolver as negociações o mais breve possível.

Na tentativa de justificar porque os bancos não cumprem a legislação que obriga a contratação de pessoas portadoras de deficiências, os bancos apresentaram a desculpa de que a quota determinada em lei não é cumprida porque não existem pessoas nessas condições qualificadas para o exercício de atividades bancárias.

A próxima rodada será agendada pelos banqueiros e está prevista para acontecer entre quarta-feira (19) e sexta-feira (21).

Até lá, vamos intensificar a campanha, e denunciar o cinismo dos banqueiros.

AGENDE-SE

19/09

Assembléias para definir as atividades na semana de 24 a 28 de setembro.

20/09

Paralisações nos bancos públicos federais: BB, CEF, BASA e BNB.

26/09

Dia Nacional de Atividade Descentralizada. Neste dia, deverão acontecer atividades em Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre e Curitiba.

Só a mobilização pode pressionar os banqueiros a oferecer um índice salarial justo. Bancários de todo o país estarão cumprindo o calendário de luta. Participe você também!

VAMOS DECIDIR JUNTOS OS RUMOS DA CAMPANHA.

ASSEMBLÉIA DIA 19 DE SETEMBRO ÀS 18H, NA SEDE DO SINDICATO.

Campanha Salarial 2001

Negociações não avançam e bancários seguem com mobilizações

Nas negociações realizadas até agora, os bancos só enrolaram. Uma migalha aqui, outra ali, mas salário que é bom e necessário, nada. A Fenaban insiste em manter proposta rebaixada, enquanto o BB e a CEF ficam pé no congelamento. Porém, a intransigência das empresas não têm abatido a categoria, que intensifica as mobilizações. Protestos, paralisações, retardamento na abertura de agências, palavras de ordem, panfletos e carros de som. Durante todo mês, bancários de todo o país gritaram em alto e bom som que não aguentam mais a exploração. No dia 28 de setembro, cerca de três mil funcionários

do BB protestaram em Brasília (veja box abaixo).

No dia 17, foi a vez dos funcionários da Caixa Econômica Federal protestarem contra o desmonte perpetrado pela gestão Carrazzi/PFL/Marco Maciel. Manifestações ocorreram em frente ao prédio da matriz, em Brasília, em São Paulo, Ceará e Minas Gerais. Em Belo Horizonte a concentração reuniu mais de 500 bancários. O dia 17 foi agitado também para os funcionários do Banco do Brasil. Em pelo menos 11 estados, eles atrasaram a abertura de agências e unidades em uma hora. Em Brasília, 450 funcionários

que trabalham no complexo tecnológico do BB paralisaram suas atividades das 8h às 10h. No complexo tecnológico são realizadas todas as operações eletrônicas feitas em qualquer parte do país, como saques e extratos. No Rio de Janeiro e Espírito Santo foram paralisadas 34 agências.

Os bancários da região também estão fazendo sua parte. No dia cinco de outubro, uma comitiva de bancários passou pelas principais agências de Caxias do Sul, levando o protesto da categoria. Confira:

Fotos: Mauro Ceccon



Paralisação do BB reúne três mil em Brasília

Cerca de três mil funcionários paralisaram os três prédios da direção geral do BB, em Brasília, no dia 10 de outubro. A paralisação foi aprovada um dia antes, em assembleia que reuniu cerca de dois mil bancários, a maior que o BB já realizou nos últimos cinco anos. Na ocasião, os funcionários também rejeitaram a proposta

apresentada pelo banco no dia 28 de setembro, que mantinha os salários congelados. O nível de mobilização do funcionalismo é crescente e as manifestações de Brasília são um espelho da indignação de todos aqueles que amargam sete anos de congelamento salarial.



Funcionalismo vence a barreira do medo e pára os prédios do BB

Os bancários exigem reajuste salarial já.

BB e CEF querem manter salários congelados por mais um ano

Depois de sete anos sem reajuste, os funcionários da BB e da CEF correm o risco de ter de enfrentar mais um ano de arrocho. As propostas apresentadas pelos bancos aos representantes dos trabalhadores oferecem reajuste zero e foram rejeitadas por ampla maioria nas assembleias e consultas realizadas no país. Para os funcionários, o presidente do BB, Eduardo Guimarães, propõe reajuste zero. Já, para a alta cúpula, o reajuste já está definido e chega até 152%. Ele próprio, teve seu salário dobrado em setembro, passando de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil, conforme divulgado pelo jornal Correio Brasiliense no último dia 28.

A proposta do Banespa também dá reajuste zero e o funcionalismo ainda não definiu como vai responder à oferta.

Proposta do BB (apresentada em 28/09)

- Reajuste zero
- Abono de um salário bruto
- Auxílio refeição/alimentação de R\$ 9,40
- Auxílio cesta alimentação de R\$ 80,00
- Auxílio creche de R\$ 110,00

Proposta da CEF (apresentada em 03/10)

- Reajuste zero.
- Abono de valor equivalente a 60% de uma remuneração básica.
- Adiantamento do 13º salário.
- Auxílio refeição/alimentação no valor de R\$ 10,50.
- Auxílio creche/babá no valor de R\$ 110,00.
- Cláusulas sociais.

Proposta do Banespa (apresentada em 15/10)

- Reajuste zero.
- Ao término de cada período de 12 meses, o salário será reajustado se a inflação for superior a 9,8%.
- Anuênio: R\$ 17,19.
- Gratificação de caixa: R\$ 155,03.
- Ajuda refeição: R\$ 10,66.
- Cesta alimentação: R\$ 145,00.
- Estabilidade até 31 de agosto de 2002.
- Requalificação profissional R\$ 452,38

Foto: Mauro Ceccon



Caxienses são contra privatização do Banrisul

A Rádio Caxias realizou uma pesquisa pela Internet, em setembro, para averiguar o posicionamento do público em relação à privatização do Banrisul. No final, 88% dos participantes votaram contra a privatização. A pesquisa faz contraponto à sugestão da Federasul - Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul, que sugere a retomada das privatizações, entre as quais a do Banrisul, e a criação de um fundo de pensões, para aumentar a arrecadação do ICMS no Estado. A sugestão é parte de um estudo sobre ICMS, onde a Federasul contesta a proposta do governo estadual de aumentar os impostos para melhorar a arrecadação.

Banrisul vai esperar acordo com a Fenaban

Em audiência realizada no dia primeiro de outubro com o governador Olívio Dutra, a Confederação Nacional dos Bancários e o presidente do Banrisul Túlio Zamin, o banco afirmou que não vai se comprometer em cumprir a Convenção Nacional em relação ao reajuste salarial enquanto não terminar o processo de negociação com a Fenaban. O banco precisa saber qual será o índice que vai ser acordado, para saber se o banco suporta tal reajuste, sem perder de vista "o compromisso maior do governo de que o Banrisul deverá continuar um banco público e com o controle do estado, como afirmou o governador na referida audiência. Olívio Dutra disse que a diretoria do banco tinha autorização do governo para atender às reivindicações dos bancários, desde que não inviabilizasse tal compromisso. O governador salientou que o Banrisul continua sob pressão do acordo com o PROES e de nada adiantaria continuar público, mas com o controle federal. Além disso, aproveitou a ocasião para anunciar que o banco realizará concurso público para o preenchimento de vagas existentes.

Empresas financeiras fecham acordo com reajuste de 7,76%

A proposta foi apresentada no dia quatro de outubro, em reunião de negociação entre o Sindicato das Financeiras e Sociedade de Crédito e Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, e aprovada em assembleias realizadas no dia 11. Veja os principais itens do acordo das financeiras:

- Reajuste salarial de 7,76% sobre os salários praticados em 31/07/2001 e demais verbas.
- Salário de ingresso para contínuos e serventes de R\$ 250,00 (reajuste de 17%).
- Salário de ingresso de escriturário de R\$ 351,00 (reajuste de 17%).
- PLR: as empresas pagarão até 29/01/2002 uma parcela fixa de 30% sobre o salário do mês de dezembro/2001, incluindo todas as verbas salariais fixas e excluindo o 13º salário.

Trabalhadores dizem "Não" ao projeto de lei que golpeia direitos trabalhistas

A CUT, CGT, CAT, CCT e Contec levaram à Câmara dos Deputados o seu repúdio ao projeto de lei 5.483/01, do Executivo Federal, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Representantes destas entidades entregaram documento ao presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, onde afirmam que o envio deste projeto de lei em regime de urgência urgentíssima ao Legislativo, além de inoportuno, é, no mínimo, um insulto à inteligência dos

trabalhadores e à seriedade que a crise econômica exige de todos aqueles que têm responsabilidades públicas.

A pretexto de modernizar a legislação trabalhista, esta iniciativa do governo, na realidade pretende golpear, uma vez mais, os direitos legais historicamente conquistados pelo povo brasileiro. Ao dizer não a este projeto estamos dizendo não à ampliação do desemprego, à terceirização, à precarização do trabalho e à violação dos direitos sindicais", diz o documento.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310 - Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 e-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Voz do Bancário

Os 4% da Fenaban não cobrem sequer a inflação

A oferta feita no dia 21 de setembro foi rejeitada em assembleias realizadas nos sindicatos de todo o país

De acordo com estudo do Dieese, a proposta da Fenaban de reajustar os salários em apenas 4%, enquanto a inflação dos últimos

doze meses atinge 8,30% (ICV/Dieese), é de extrema insensibilidade. Para os responsáveis pelo trabalho, a não

reposição da inflação nos últimos doze meses implica em acentuar as desigualdades sociais e resalta as dificuldades na relação

capital/trabalho em um setor com efetiva e óbvia capacidade de pagamento. Confira abaixo a proposta, na íntegra:

• **Reajuste:** 4% sobre os salários de agosto de 2001.

• **PLR:** Participação nos Lucros e Resultados: 80% sobre o salário, mais R\$ 468,00, com limite de R\$ 3.640,00. Pagamento até 01 de março de 2002.

• **Antecipação:** 40% sobre o salário, mais R\$ 200,00, com limite de R\$ 1.786,00. Pagamento em novembro de 2001.

• **Abono único:** R\$ 750,00

• Pisos salariais (R\$):

Portaria

Admissão: R\$ 357,44
90 dias: R\$ 393,70

Escritório

Admissão: R\$ 522,43
90 dias: R\$ 574,92

Caixa

Admissão: R\$ 522,43
90 dias: R\$ 574,92
Gratíf. de Caixa: R\$ 161,23
Outras verbas
Caixa 90 dias: R\$ 76,25
Salário Total de Caixa
Admissão: R\$ 683,66
90 dias: R\$ 812,40

• Outras verbas

Anuênio: R\$ 9,38
Gratificação de Compensador: R\$ 53,44
Gratificação de Informante MG, GO, TO: R\$ 53,44
Gratificação de Informante PE: R\$ 28,84
Ajuda Desloc. Noturno: R\$ 32,94
Auxílio Funeral: R\$ 315,52
Aux. Creche/Babá/Filhos excepcionais: R\$ 117,62
Indenização por Morte em Assalto: R\$ 47.047,94
Auxílio Refeição: R\$ 9,55
Auxílio Cesta-alimentação: R\$ 151,00
Requalificação Profissional: R\$ 470,00

• Indenização adicional

Vínculo com o banco/indenização

Até 5 anos - 1 valor do aviso prévio

De 5 a 10 anos - 1.5 valor do aviso prévio

De 10 a 20 anos - 2.0 valores do aviso prévio

Mais de 20 anos - 3.0 valores do aviso prévio

PLR: faca de dois gumes

Se por um lado, a Participação nos Lucros e Resultados e os programas de remuneração variável podem aumentar a renda do trabalhador, também servem como justificativa para os bancos não concederem aumentos salariais a título de produtividade.

Com a regulamentação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), as empresas foram incentivadas a adotarem essa nova forma de remuneração, uma vez que ela implica em facilidades fiscais e desoneração de obrigações trabalhistas e previdenciárias. Basta que todos os trabalhadores sejam contemplados, haja negociação com uma comissão de empregados e/ou com o sindicato da categoria profissional e o pagamento tenha periodicidade, no mínimo, semestral. O problema é que ao mesmo tempo em que as empresas adotam este tipo de remuneração, que deveria reverter em maior renda para o trabalhador, elas se negam a conceder

aumentos salariais a título de produtividade, alegando que estes são substituídos pela PLR e seus programas de remuneração variável, que não são incorporados ao salário-base.

Além disso, a corrida por resultados, induzida por tais programas, causa forte impacto no cotidiano do trabalho bancário. Ao vincular a remuneração variável a resultados cada vez maiores, esses programas incentivam maior cobrança dos trabalhadores pelos colegas e chefias. Ocorrem aumento dos ritmos de trabalho, menor resistência à realização de trabalho extraordinário, muitas vezes nem considerado como tal, bem como um crescente número de problemas de saúde tais como LER, perturbações de ordem psicológica e estresse.

A inclusão de parcelas de premiação decorrentes do desempenho individual do empregado, baseadas principalmente na avaliação das chefias,

fortalece as estruturas de controle e poder nas unidades e departamentos. A automação no setor possibilita a criação de indicadores que ampliam o controle do capital. Dessa forma, os programas de remuneração variável acabam mudando o comportamento, os valores e os hábitos vigentes na empresa. Ao constatar que o número de empregos do setor vem se reduzindo, o bancário tem sido induzido pelo banco a supor que a obtenção de resultados e as promoções para cargos mais qualificados constituem uma espécie de garantia de permanência de pessoal. Sob este tipo de pressão, o trabalhador pode vir a valorizar mais sua performance individual em detrimento de comportamentos solidários com os colegas de trabalho.

A consciência destes fenômenos tem levado os sindicatos a pressionar as empresas na tentativa de abrir processo de negociação sobre os programas específicos

de RV, com o objetivo de minimizar seus efeitos negativos, maximizando os positivos.

Bancários têm PLR desde 1995

No setor bancário, a PLR foi incorporada à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ainda em 1995. Pela CCT, que é renovada anualmente e tem abrangência nacional, as empresas ficam obrigadas a pagar a participação desde que tenham lucro líquido, conforme a publicação das demonstrações contábeis, sem depender de metas nem da apuração de outros resultados. Mas, permite que na hora do pagamento da PLR aos funcionários, o banco compense os valores já despendidos em modalidades próprias de remuneração variável. Dessa forma, as facilidades e os incentivos da PLR podem ser utilizados também pelos programas de remuneração variável que o banco adota fora dos moldes da PLR.

Sindicato promove palestra sobre LER

Prevenção, causas e como os bancários que sofrem de LER devem enfrentar a maratona burocrática entre INSS e banco foram alguns pontos abordados na palestra sobre LER, promovida pelo nosso Sindicato, na noite de 26 de setembro. O evento teve como palestrantes Mauro Salles e Jailson Prodes, diretores do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e Jacéia Netz, assessora de saúde da mesma entidade. Veja ao lado e nas próximas

edições, as respostas para algumas das principais dúvidas em torno destas doenças que, cada vez mais atingem os bancários, vítimas de constantes pressões por produtividade.

Quais são os direitos do portador de LER/DORT depois do 15º dias de afastamento?

A partir do 16º dia de afastamento, o acidentado receberá o auxílio-doença acidentário. Esse benefício será pago até

a data definitiva ou aposentadoria. Durante o período de afastamento, o trabalhador será considerado pelo banco como licenciado.

Como fica a contagem de tempo para a aquisição de período de férias?

Um trabalhador que se afastou por mais de seis meses e retorna ao banco, e, antes de afastar-se faltavam apenas dois meses para completar o período de aquisição de férias, terá seu período de aquisição zerado. A contagem do tempo para as férias começará a partir da alta e ele precisará trabalhar mais 12 meses para

ter direito a um novo período de férias. Se o afastamento for inferior a seis meses, a contagem segue normal.

O tempo de afastamento é contado para a aposentadoria?

Durante todo o período de afastamento, a contagem de tempo para a aposentadoria é normal, independente se o caso é de acidente ou doença comum, como se o trabalhador estivesse em pleno exercício do trabalho.



Governo federal quer privatizar Seguro sobre Acidente de Trabalho

A proposta do governo FHC de privatização do Seguro sobre Acidente de Trabalho (SAT) representa uma submissão total aos interesses das elites econômicas que comandam o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e outros órgãos vinculados ao capital internacional.

A denúncia é do Fórum Nacional em Defesa da Seguridade Social, que adverte para os danos que a aprovação do referido projeto pode causar. "A privatização transfere para empresas privadas a administração do

seguro, onde a lógica da lucratividade impera em detrimento das garantias e dos direitos constitucionais, comprometendo ainda mais a já precária condição de cidadania do trabalhador", registra o estudo elaborado pela entidade.

Subordinado a critérios puramente mercantis, o SAT, o pagamento de benefícios vis e por tempo determinado tende a prevalecer em detrimento dos procedimentos de maior custo na reabilitação física, profissional e social do segurado. Além disso, o maior encargo continuaria com a Previdência

Social pública, pois as seguradoras não teriam a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de prestação superior a 24 meses e de aposentadoria por invalidez ou por morte (que seriam pagos pelo INSS).

O SAT é administrado pelo estado desde 1967 e, segundo dados de 1999, o seguro compromete cerca de 50% do seu montante arrecadado com o pagamento de benefícios aos segurados, o que provavelmente ataca o interesse do mercado.

Assembléia desautoriza Sindicato a ingressar na Justiça para suspender novo Pams

A assembléia dos empregados da Caixa Econômica Federal, realizada no dia quatro de outubro, na sede do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, desautorizou o Sindicato a ingressar na Justiça para suspender os efeitos do novo Pams - Programa de Assistência Médica Supletiva. A decisão foi tomada com 11 votos contra o ingresso na Justiça, dois a favor e seis abstenções. O novo Pams vai implicar no pagamento de uma mensalidade de R\$ 38,26 por funcionário.

Solidariedade à greve do funcionalismo

Os servidores públicos federais, em greve há mais de dois meses, estão sofrendo pesadas represálias do governo FHC. Além da redução salarial nas universidades e no INSS e os sete anos sem aumento, o governo recusa-se a negociar qualquer item da pauta de reivindicações. Não satisfeito, parte para retaliações, cortando os salários dos

trabalhadores da educação federal, deixando milhares de famílias sem dinheiro nem para se alimentar.

A vitória dos companheiros será a vitória dos trabalhadores. A continuidade da greve é, portanto, uma questão que diz respeito a todos os trabalhadores. Precisamos garantir um mínimo de recursos para os servidores

que estão sem salários. Você pode contribuir com o valor que lhe for possível.

Colaborações devem ser depositadas na conta 2200-6, agência 3255-7 do Banco do Brasil. Favor mandar fax com o comprovante de depósito para 51 32242125.



Bancários e AABB realizam 1º Copa Futsal

A AABB, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer do Atlético Bancário Caxiense e o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região realizam, a partir do dia 20 de outubro, às 8h30, na quadra de esportes do ginásio da AABB de Caxias do Sul, a 1ª Copa Futsal. O campeonato premiará do primeiro ao quarto colocados com medalhas para equipes e atletas. Também serão premiados o goleiro menos vazado, o goleador e a equipe mais disciplinada.

A primeira fase será formada pelas chaves A e B, jogando um contra todos, na própria chave. Classificam-se para a fase seguinte os primeiros e segundos colocados de cada chave. Na primeira fase, os jogos serão realizados das 8h30 às 12h30. Já, a segunda fase será disputada pelas chaves C e D e os jogos serão realizados das 9h30 às 11h30. A chave C será constituída pelas equipes classificadas em primeiro lugar da A e segundo lugar da B. Já, a chave D vai ser composta pelas equipes classificadas em segundo da A e primeiro da B. A partida final, que definirá os campeões, está agendada para o dia oito de dezembro.

Chave A:

AABB-Bancários
Real-Unibanco
BBV-Banespa
BCN-Rural
Finasa

Chave B

Juvenil-AABB
CEF
Sudameris-Bic
Itau
Bradesco



Você também quer salário e vida digna?

Junte-se a nós.

Fora do Sindicato não há solução.

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região.

Sindicato oferece novo serviço

O Sindicato de Caxias do Sul e Região está oferecendo um novo serviço aos seus associados. Trata-se da odontopediatria, a odontologia dirigida às crianças. O especialista atende nas quartas-feiras, na sede do Sindicato.

As consultas devem ser marcadas antecipadamente, junto à secretaria do Sindicato.

Governo quer acabar com direitos trabalhistas

Se o Executivo conseguir aprovar o Projeto de Lei 5.483, os direitos previstos na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho só terão validade se fizerem parte de convenção ou acordo coletivo de trabalho

Os trabalhadores que por décadas e mais décadas lutaram para conquistar direitos mínimos como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pagamento de horas extras, licença-maternidade e outros, agora, correm o risco de ver o esforço de várias gerações ser atropelado por um governo que, ao invés de trabalhar pelo fortalecimento de seu povo, serve-o aos poderosos. Na ânsia de perder o emprego, o trabalhador acabará aceitando qualquer proposta, e o que vai prevalecer é a vontade do patrão.

“Ao se abrir a possibilidade de flexibilizar e negociar direitos, abre-se a possibilidade para que eles sejam extintos”, alerta o presidente da CUT João Felício.

Para o advogado e professor de direito do trabalho João José Sady, a aprovação do projeto pode levar à vulgarização do trabalho semiformal: “pelo projeto, os direitos trabalhistas passam a ser negociáveis e renunciáveis. A irrenunciabilidade era a última trincheira a favor do trabalhador. Caindo essa barreira, vai haver a vulgarização do trabalho semiformal”, explicou Sady ao jornal Folha de São Paulo.

O governo está jogando pesado para aprovar o projeto. Segundo o jornal Valor Econômico, em várias rodas de parlamentares apareceu a versão de que o planalto negocia a liberação de R\$ 5 bilhões em emendas do orçamento em troca de apoio ao projeto de lei. “Não temos dúvida de que eles (os governistas) usarão esse dinheiro do Tesouro para pressionar as bancadas”, teria dito um deputado da oposição.

A rigor, com o PL 5.483, o governo FHC cumpre uma encomenda. A política de flexibilização dos direitos trabalhistas foi uma imposição do FMI, um complemento à política de ajuste fiscal inaugurada no final de 1998. Ela procura consolidar um modelo que já vigora, por exemplo, nos Estados Unidos, onde há milhões de pessoas muitas delas migrantes ilegais dispostas a trabalhar por um punhado de dólares, em situações precárias.

No Memorando de Política Econômica que firmou com o FMI no dia 13 de novembro de 1998, o governo informa que iniciaria um processo de desregulamentação das leis trabalhistas. Diz o item 33 do memorando: “embora o



mercado de trabalho brasileiro não esteja envolvido por rigidez séria, certos regulamentos e políticas do mercado de trabalho podem contribuir para uma maior flexibilidade e para aumentar a produtividade da mão-de-obra e emprego formal. Face ao recente aumento do desemprego que resulta tanto de fatores estruturais como cíclicos a necessidade de reformar a legislação trabalhista e aperfeiçoar as políticas de mercado de trabalho tornou-se mais urgente”.

Se não fosse a ação dos sindicatos e da oposição, que têm armado estratégias para obstruir as votações, este projeto já estaria aprovado, sem que a classe trabalhadora e a sociedade

como um todo tivesse conhecimento do seu teor. O projeto foi encaminhado à Câmara no dia três de outubro, em regime de urgência. A oposição tem tentado adiar as votações, com sucesso. Do dia 22, a votação em plenário foi adiada para terça-feira, dia 27. Se aprovado, vai ao Senado para depois ser sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas, o protesto dos trabalhadores ainda pode alterar este resultado. Terça-feira, 27 de novembro, deve ser mais um dia nacional de denúncia do projeto, com manifestações nos principais centros urbanos.

Fascismo contratual

A transformação de garantias trabalhistas em simples contratos regidos pelo Direito Civil já foi qualificada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, no seu livro “Reinventar a Democracia”, de fascismo contratual. Segundo ele, o fascismo contratual é o que ocorre nas situações em que a diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa de contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam. O projeto neoliberal de transformar o contrato de trabalho num contrato de direito civil como qualquer outro configura uma situação de fascismo contratual. Esta forma de fascismo ocorre hoje, frequentemente, nas situações de privatização dos serviços públicos, da saúde, da segurança social, da eletricidade, etc.

Ponto de Vista, 22 de novembro de 2001 - www.oficinainforma.com.br

Alguns direitos ameaçados de extinção

- 13º salário
- FGTS
- Férias
- Aviso prévio
- Seguro Desemprego
- Pagamento de horas extras
- Piso salarial
- Remuneração superior do trabalho noturno
- Salário-família
- Participação nos lucros
- Licença-gestante
- Licença-paternidade

Cliente prefere gente no caixa

Depois de mais de uma década substituindo funcionários por caixas automáticos e serviços pela internet, os bancos - pelo menos nos Estados Unidos, já estão percebendo que diminuir o número de caixas para economizar dinheiro afeta a qualidade do atendimento, pois os clientes preferem ser atendidos por um ser humano. É o que revelou uma pesquisa realizada pela Maritz Research,

de St. Louis, junto ao mercado norte-americano. O estudo mostra que 47% dos clientes de bancos preferem realizar suas transações com o auxílio de funcionário.

Além disso, ao contrários dos caixas eletrônicos, os funcionários podem fazer com que os clientes comprem outros produtos bancários. Os bancos estrangeiros já estão percebendo isso e começam a ensinar os caixas a identificar os clientes

potenciais para fundos mútuos ou seguros. As bonificações que antes estavam vinculadas ao desempenho de uma agência, hoje são determinadas pela capacidade de encaminhar vendas para executivos do setor de empréstimos e consultores de investimentos. Além do treinamento mais longo e das bonificações, os salários também estão subindo, assim como o número de contratações na função de caixa.

Bancos são os maiores beneficiados do governo FHC

Estudo da Austin Asis, feito para o Jornal do Brasil, demonstra que as instituições financeiras foram as maiores beneficiárias do Plano Real. O lucro dos 30 maiores bancos cresceu 313% de dezembro de 1994 até dezembro do ano passado. E, pelos resultados já divulgados nos nove meses, deve crescer mais ainda em 2001.

Em dezembro de 1994,

após o lançamento do Plano Real, o lucro desses grupos financeiros foi de R\$ 2,17 bilhões, saltando para R\$ 8,98 bilhões em dezembro de 2000.

No primeiro semestre deste ano o lucro dos 180 maiores bancos do Brasil somou US\$ 8,4 bilhões. Este dinheiro, de acordo com o estudo de uma consultoria internacional, equivale a 17% acima do

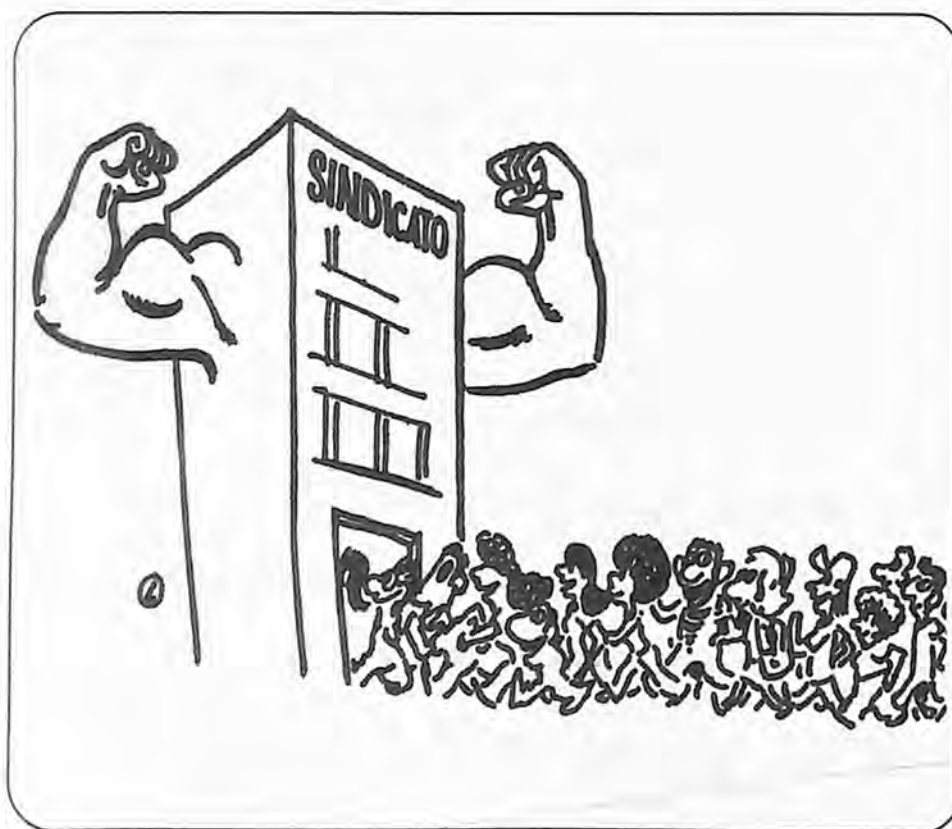
contabilizado em igual período do ano passado.

No total, os bancos já acumularam mais de R\$ 21 bilhões em lucro na era FHC. Essa soma é, curiosamente, igual à concedida pelo governo em socorro de bancos com problemas de caixa, o chamado Proer.

Pacote antigreve revela autoritarismo do governo FHC

Na tentativa desesperada de conter a pressão legítima da sociedade, o governo FHC lançou mão de mecanismos típicos da ditadura militar. O pacote antigreve, lançado no dia 13 para retaliar os servidores do INSS e os professores das universidades federais em greve, reuniu uma medida provisória, dois projetos de lei e um decreto presidencial. Inconstitucional, o pacote foi contestado por diversos setores da sociedade. Além de atingir o poder Judiciário, agride os princípios de liberdade e autonomia de organização sindical. "Trata-se de um ato de força. Cria um clima de insegurança e instabilidade jurídica, incompatível com o Estado democrático de direito", afirmou o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Paulo Costa Leite. A Medida Provisória nº 10 permitiu a contratação de pessoal para substituir o servidor em greve por um prazo de três meses, podendo ser renovável por igual período. O Decreto nº 4.010, teve como objetivo facilitar a suspensão de pagamento de servidor em greve e transferir qualquer recurso contra essa medida para o Superior Tribunal Federal.

Já, os projetos de lei, que regulamentam o direito de greve nos serviços públicos e que ainda não foram encaminhados ao exame do Congresso Nacional, determinam que toda greve no funcionalismo público será considerado ilegal após 30 dias de paralisações. O primeiro projeto prevê a punição aos grevistas, tanto com descontos no salário, como com a suspensão da contagem do tempo de serviço para o efeito de aposentadoria. O outro projeto permite o estabelecimento de processo administrativo disciplinar coletivo para punir os servidores grevistas, facilitando sanções como corte de salários e demissões.



Novos convênios do nosso Sindicato

Fernando Costi e Graciela Cardoso da Silva (Oftalmologia)
Rua Bento Gonçalves, 1759, 2º andar
Caxias do Sul
Fone: 223 1937 e 223 4411

Iara Terezinha Barth de Azevedo (Advogada)
Rua Garibaldi, 603, sala 43 Caxias do Sul
Fone: 221 8598 ou 91082114

Data Control (Cursos de Informática)
Rua Cel. Flores, 524 Caxias do Sul
Fone: 223 9033

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310 - Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 e-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Banrisul paga índice acordado com a Fenaban



Assembléia do SEEB - Caxias e Região aprovou PLR Linear.

O funcionalismo do Banrisul vai receber 5,5% de reajuste salarial, o mesmo índice acordado com a Fenaban. Já, a forma de pagamento da PLR linear ou não está sendo decidida pela base, em assembléias realizadas em todos os sindicatos.

Banco do Brasil Reestruturação ou privatização em curso?

O presidente do BB Eduardo Guimarães deu declarações à imprensa que a União pretende vender até 22% do total do capital do banco, mantendo-se no controle acionário da instituição. Guimarães descartou a possibilidade da privatização, mas o fato é que a situação do BB parece seguir a mesma fórmula adotada nas demais instituições privatizadas no governo FHC. Ou seja, o governo assume as dívidas, a parte podre, para entregar o "ouro" ao capital privado.

Em junho, através do chamado programa de reestruturação, o banco se livrou da carteira de crédito agrícola, transferindo para a União cerca de R\$ 5 bilhões em créditos rurais que o BB tinha a receber. Os empréstimos eram considerados de alto risco, o que obrigava o BB a fazer provisões para se preparar para um eventual calote e reduzia o lucro da instituição. Além disso, o resultado do banco foi beneficiado pela troca de R\$ 7,2 bilhões de títulos da dívida externa por novos papéis, outras das medidas do programa de reestruturação.

Fechado acordo com a Fenaban

A proposta aprovada pela categoria inclui 5,5% de reajuste salarial, abono de R\$ 1.100,00 e PLR de 80% do salário mais parcela fixa de R\$ 500,00, paga em duas parcelas. De acordo com o prazo estipulado pelo acordo, os bancos tinham até o dia 22 para

pagar a primeira parcela - 40% mais R\$ 200,00, com limite de R\$ 1.800,00. A segunda deverá ser paga até o início de março do ano que vem. Já, o pagamento do abono será feito na folha de novembro, assim como as diferenças salariais referentes aos

meses de setembro e outubro. A assinatura do Protocolo Prévio à Convenção Coletiva de Trabalho de 2000/2001 aconteceu no dia nove de novembro, na Fenaban.

Farsa montada entre a Caixa e Contec resulta em reajuste zero para categoria

Em mais uma afronta aos direitos dos empregados, a Caixa e a Contec assinaram, no dia 19, um acordo rebaixado, que joga no lixo praticamente todos os benefícios conquistados pelos empregados nos últimos anos e consolida a política de arrocho salarial via reajuste zero. Esse acordo contraria as deliberações das assembléias sindicais (maior instrumento democrático dos trabalhadores), quando os empregados se recusaram a participar desta farsa, e o abaixo-assinado que desautoriza a Contec a realizar negociações e a firmar acordos com a caixa. Este acordo é tão nocivo que o Imposto de Renda está levando na média toda a segunda parcela do 13º e, em alguns casos, todo o abono. Esses

dois exemplos confirmam a política nefasta da gestão Carazzai/PFL/Marco Maciel, adotada com o aval da Contec.

A CNB-CUT e a CUT nacional estão agendando audiência com o presidente da Caixa para debater a representação dos bancários na empresa. Enquanto o movimento cutista defende que o poder de representação dos trabalhadores está com os sindicatos, a direção da Caixa prefere amparar-se em Súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que define a Contec como representante dos trabalhadores. O Congresso Nacional dos trabalhadores da Caixa, realizado no início da campanha salarial, deliberou não

entregar pauta específica à empresa, mas sim participar das negociações com a Fenaban, implementando a estratégia da mesa única (bancos privados e oficiais). Enquanto isso, a Contec e a Caixa armavam seu próprio acordo. "Nesse acordo, a Contec entrega as conquistas da categoria e fragiliza a luta do movimento sindical e, em contrapartida, recebe algumas vantagens", afirma o secretário geral da CNB CUT Vagner Freitas. A Contec receberá de cada empregado o valor de R\$ 28,75, a título de desconto assistencial, e continuará a ter seus dirigentes liberados, sempre que necessário. Vale lembrar que os dirigentes ligados à CNB/CUT, Fenae e Apcef não têm liberação da Caixa.

Diga NÃO ao desconto assistencial à Contec.

Tanto esse desconto quanto a liberação dos seus dirigentes são a fatura paga à Contec pelo pior acordo entre todos os firmados por patrões e trabalhadores em campanha salarial no segundo semestre deste ano.

Pelo acordo Caixa/Contec, o desconto será efetuado na folha de dezembro. O empregado tem até o dia 30 de novembro para manifestar sua oposição por meio do SisRH, opção 4.1.

BB fecha acordo dando migalha de 2%

Os funcionários do Banco do Brasil decidiram aceitar a proposta apresentada pelo banco no dia 16 de novembro. A proposta consiste em 2% de reajuste salarial; abono de um salário com piso mínimo de R\$ 1.000,00; vale refeição de R\$ 9,40; auxílio-creche de R\$ 110,00 e cesta-alimentação de R\$ 60,00.

A definição ocorreu no último dia 21, a partir de assembléias realizadas em todo o

país. O pagamento das diferenças dos meses de setembro, outubro e novembro será pago na primeira quinzena de dezembro.

O reajuste de 2% não supre, nem de longe, as perdas que o funcionalismo acumulou ao longo de seis anos de salários congelados. Mas, explicita o desprezo e a má vontade do banco em relação aos seus funcionários.

No início da campanha, enquanto apresentava à mesa de

negociação sindical uma proposta de acordo 2001/2002 com reajuste zero, elevava os salários dos altos executivos do banco em até 152%.

Lucro - O Banco do Brasil voltou a crescer no terceiro trimestre deste ano, tendo registrado lucro líquido de R\$ 446 milhões no período. O montante é 19,6% superior aos 373,1 milhões de reais do mesmo período de 2000.

FGTS

Cuidado! Armadilha no termo de adesão

Preencha apenas a parte cadastral do formulário branco e aguarde comunicado da Caixa sobre o valor a receber

O governo federal já começou a distribuir, em todo o país, os formulários referentes ao "Termo de Adesão", que autoriza a Caixa Econômica Federal a devolver aos trabalhadores as partes expurgadas das contas do FGTS durante as aplicações dos planos Verão (1989) e Collor (1990). Todos os trabalhadores que tinham contas vinculadas ao FGTS, nesses períodos, portanto, devem estar recebendo estes formulários pelos Correios. Cuidado ao preenchê-lo! Ao assinar o documento, os trabalhadores estarão concordando com os valores propostos pela Caixa Econômica Federal e abrindo mão de recorrer à Justiça. Antes de mais nada, portanto, solicite o extrato de seu saldo para conferir o valor a receber. Todo o cuidado é pouco, pois o objetivo do governo é fazer com que os trabalhadores

desistam das ações que tramitam na Justiça.

O pagamento das perdas foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal, STF, no início de 2000. Mas, ao invés da correção integral, como reivindicam as ações coletivas impetradas pela CUT e vários sindicatos, o governo e parte do movimento sindical acordaram a devolução do expurgo com descontos e sem as devidas correções. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional e os pagamentos, dependendo de quanto o trabalhador terá a receber, serão efetuados, de uma só vez, em junho de 2002 ou até 2007. Quem não concorda com este acordo, ainda pode entrar na Justiça ou manter a ação existente. Mas, para isso, não pode assinar o Termo de Adesão do governo.

Os trabalhadores estão recebendo em suas residências

dois formulários; um branco e outro azul. Ambos trazem na parte superior pedidos de informações cadastrais (números do PIS/PASEP, CPF, endereço completo e etc). Nas partes inferiores, constam o tal termo de adesão. O formulário azul, destina-se aos trabalhadores que têm ações na Justiça (particular ou coletiva) e o formulário branco, para quem não tem.

O trabalhador que preencher o formulário azul e assiná-lo estará, automaticamente, abrindo mão da sua ação na Justiça e receberá o que lhe é devido com descontos e sem correções, não podendo pleitear eventuais diferenças. Além disso, terá que arcar com as custas do processo e honorários advocatícios se a sua ação for individual.

Só devem preencher o formulário azul, aqueles trabalhadores que concordam

com os seus termos. Os demais devem preencher somente a parte cadastral do formulário branco e aguardar em sua residência comunicado da Caixa Econômica informando o quanto receberá de volta.

O próprio governo reconheceu, após pressões da CUT, que o trabalhador não precisa assinar o Termo de Adesão sem saber o quanto vai receber. Portaria número 65, de 12 de setembro de 2001, diz o seguinte: "O trabalhador poderá optar apenas pela atualização do endereço e aguardar que a Caixa Econômica Federal lhe remeta as informações referentes ao complemento da atualização monetária para, posteriormente, exercer a prerrogativa de adesão ao recebimento da correção fixada pela Lei Complementar nº 110."

Cronograma de pagamento/deságio

Valor a receber	Quantidade de parcelas	Período de pagamento	Deságio
Até R\$ 1.000,00	1 única parcela	Junho/2002	Zero
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	2 parcelas semestrais	Julho/2002 a janeiro/2003	Zero
De R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00	5 parcelas semestrais	Janeiro/2003 a janeiro/2005	8%
De R\$ 5.000,01 a R\$ 8.000,00	7 parcelas semestrais	Julho/2003 a julho/2006	12%
Acima de R\$ 8.000,01	7 parcelas semestrais	Janeiro/2004 a janeiro/2007	15%

Conheça seus direitos em relação à LER

Dando continuidade à matéria iniciada na edição anterior, publicamos aqui mais algumas repostas para as principais dúvidas detectadas entre os bancários sobre as doenças provocadas por esforços repetitivos, as chamadas LER/DORT.

Quanto tempo o portador de LER/DORT pode ficar no INSS?

A Lei não prevê tempo de permanência em benefício por auxílio

doença. Mesmo assim, é comum os postos do INSS informarem que nenhum segurado poderá ficar mais de dois anos em benefício. A Lei não estabelece prazo.

Durante o afastamento como fica o FGTS?

Durante todo o período de afastamento, o banco é obrigado a manter os depósitos mensais do FGTS, caso o afastamento seja por Acidente de

Trabalho. Se for afastamento por doença comum, o FGTS não será recolhido.

O que é o CRP?

O Centro de Reabilitação Profissional executa um serviço para o INSS com o objetivo de proporcionar ao acidentado ou doente os meios de reeducação ou readaptação profissional.

Na prática, tem sido um serviço de preparação para a alta. Mesmo que o trabalhador não tenha condições de executar as mesmas tarefas anteriores ao afastamento, deve ser treinado para funções que sejam compatíveis com a sua capacidade laboral.

Como acontece a Reabilitação Profissional?

Havendo recomendação escrita do CRP para que o trabalhador reabilitado não exerça atividades que envolvam movimentos repetitivos, o banco deverá realocá-lo em atividades alternativas, visando a reabilitação compatível com as condições físicas do empregado. O retorno ao trabalho deverá ser gradual e devidamente acompanhado.

